



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E GESTÃO CONSOLIDADO. 2014

Instituto Politécnico de Leiria e
Serviços de Ação Social



Título

Relatório de Atividades e Gestão Consolidado 2014

Editor

Instituto Politécnico de Leiria

Edifício Sede

Rua General Norton de Matos | Apartado 4133

2411-901 Leiria | Portugal

Tel.: (+351) 244 830 010 | Fax: (+351) 244 813 013

www.ipleiria.pt | ipleiria@ipleiria.pt

Abril/2015

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
NOTA INTRODUTÓRIA	7
1. CONJUNTURA EXTERNA	9
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	12
2.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA.....	12
2.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL.....	14
3. IPLEIRIA EM NÚMEROS	17
4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS OBJETIVOS.....	21
5. ATIVIDADE DO GRUPO 2014.....	25
5.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA.....	25
5.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL.....	39
6. ANÁLISE À SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	45
6.1. SÍNTESE DE CONTAS CONSOLIDADAS 2014.....	45
6.2. BALANÇO CONSOLIDADO.....	46
6.2.1. ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO	47
6.2.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO.....	50
6.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	53
6.3.1. ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS	55
6.3.1.1. ESTRUTURA DE CUSTOS OPERACIONAIS	56
6.3.1.2. ESTRUTURA DE CUSTOS FINANCEIROS.....	61
6.3.1.3. ESTRUTURA DE CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS.....	62
6.3.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS.....	62
6.3.2.1. ESTRUTURA DE PROVEITOS OPERACIONAIS.....	64
6.3.2.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS FINANCEIROS	68
6.3.2.3. ESTRUTURA DE PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	68
6.3.3. RESULTADOS LÍQUIDOS.....	69
6.4. RÁCIOS E INDICADORES.....	69
6.5. CONCLUSÃO	70
6.6. FACTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO	71
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2014	73
7.1. BALANÇO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO 2014	74
7.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO 2014.....	76
7.3. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS 2014.....	77
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	93

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 PLANO ESTRATÉGICO 2010-2014 DO IPLEIRIA – EIXOS E OBJETIVOS	21
QUADRO 2 SÍNTESE DO BALANÇO POR ENTIDADE INCLUÍDA NA CONSOLIDAÇÃO	45
QUADRO 3 SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ENTIDADE INCLUÍDA NA CONSOLIDAÇÃO	46
QUADRO 4 COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	48
QUADRO 5 COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	50
QUADRO 6 COMPOSIÇÃO DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	52
QUADRO 7 ESTRUTURA DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	54
QUADRO 8 ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS	55
QUADRO 9 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	57
QUADRO 10 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	58
QUADRO 11 CUSTOS COM PESSOAL	59
QUADRO 12 OUTROS CUSTOS	60
QUADRO 13 AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	60
QUADRO 14 CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS	62
QUADRO 15 ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS	62
QUADRO 16 VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	65
QUADRO 17 IMPOSTOS E TAXAS	66
QUADRO 18 PROVEITOS SUPLEMENTARES	67
QUADRO 19 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	67
QUADRO 20 PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	68
QUADRO 21 INDICADORES DE GESTÃO E FINANCEIROS	69
QUADRO 22 PESSOAL A 31 DE DEZEMBRO	79
QUADRO 23 ENTIDADES PARTICIPADAS	80
QUADRO 24 ATIVO BRUTO	85
QUADRO 25 AMORTIZAÇÕES	86
QUADRO 26 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	86
QUADRO 27 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO	87
QUADRO 28 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS	88
QUADRO 29 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	88
QUADRO 30 PROVISÕES	89
QUADRO 31 ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS	90
QUADRO 32 ACRÉSCIMOS DE CUSTOS E PROVEITOS DIFERIDOS	91

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO	47
GRÁFICO 2 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS CUSTOS	56
GRÁFICO 3 ESTRUTURA DOS CUSTOS OPERACIONAIS	56
GRÁFICO 4 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS	63
GRÁFICO 5 ESTRUTURA DE PROVEITOS OPERACIONAIS	64

É através do Relatório de Atividades e Gestão Consolidado do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeia), neste caso referente ao ano de 2014, que são apresentadas de forma sintética as atividades desenvolvidas e as contas consolidadas relativas ao Instituto.

O ano de 2014 adivinhava-se um ano particularmente difícil. O contexto socioeconómico e financeiro do país, das famílias e dos nossos estudantes foi ainda marcado por grandes dificuldades e fragilidades, com repercussões diretas nas instituições. Apesar destes constrangimentos, o IPLeia conseguiu manter um nível de atividade que lhe possibilitou um elevado nível de cumprimento da sua missão enquanto instituição de ensino superior.

Mais uma vez, em consequência deste contexto, nomeadamente a forte redução dos recursos financeiros, mas também de uma grande incerteza no que se refere às remunerações e aos valores a receber do Estado ao longo de todo o ano e ainda, ao facto muito positivo, de podermos contar com mais de 50% de professores com o grau de doutor mas também com as implicações financeiras que daí decorreram, o IPLeia efetuou uma priorização das suas atividades de forma a poder continuar a garantir o exercício da sua missão no âmbito da formação, investigação, transferência do conhecimento e promoção do desenvolvimento regional, com os padrões de rigor e qualidade que caracterizam a sua ação.

O rigoroso controlo da execução orçamental e o aprofundamento de medidas de racionalização dos recursos disponíveis permitiram alcançar os objetivos traçados. Salienta-se ainda que este esforço permitiu manter inalterado o valor da propina dos cursos de licenciatura, mestrado e cursos de especialização tecnológica para o ano letivo 2013/2014 e manter o Fundo de Apoio Social ao Estudante, sendo este um instrumento fundamental como complemento para apoio aos estudantes com maiores dificuldades financeiras.

Foi ainda possível continuar o esforço de consolidação da nossa oferta formativa e o reforço da sua relevância, apostar no dinamismo da investigação e na transferência de conhecimento, associado a projetos inovadores com empresas, a melhoria do posicionamento internacional do IPLeia e o reforço do acompanhamento dos estudantes ao longo do seu percurso académico e na sua transição para a vida ativa. O Estatuto do Estudante Internacional e os novos Cursos de Técnicos Superiores Profissionais constituem novas oportunidades de desenvolvimento que importa aproveitar, sobretudo num contexto complexo como é o atual, no que se refere ao ingresso de novos candidatos ao ensino superior português.

Deste modo, o IPLeia afirmou-se mais uma vez como um parceiro incontornável no desenvolvimento económico, social e cultural da região e do país.

No que respeita às contas, 2014 evidenciou-se, mais uma vez, como um ano de extrema contenção orçamental para o Instituto. Verificou-se uma diminuição do plafond do Orçamento do Estado em 480 m€, que se deveu a alterações legislativas ao nível das remunerações. As transferências para o investimento (verbas PIDDAC) também foram reduzidas em 87 m€. Apesar disso, foi possível dar continuidade aos projetos das infraestruturas do CDRsp e do CETEMARES e iniciar a requalificação da Biblioteca da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPLeiria e a ampliação do Edifício de Engenharia Automóvel da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPLeiria.

O agravamento da conjuntura económica e financeira teve também repercussões ao nível das receitas próprias resultantes de prestações de serviços e das propinas, que sofreram uma diminuição no valor de 457 m€.

Em termos económico-financeiros, após a consolidação, o resultado líquido é negativo em 288 m€, considerando a diminuição dos custos em 2,42 M€ e dos proveitos em 3,95 M€. Verifica-se um aumento das disponibilidades, mas as dívidas a terceiros também aumentaram. As disponibilidades financeiras finais no valor de 497,9 m€ e um saldo de gerência global de 73 m€, atestam o rigor na gestão da tesouraria.

Em termos de estrutura económica, sobressai a redução no valor de 1,5 M€ no que respeita aos bens de imobilizado firme. Em compensação, o imobilizado em curso aumenta 3,5 M€. As dívidas de estudantes e de outros devedores aumentam 409 m€ e diminuem em 189 m€ as dívidas de clientes. Não obstante as dificuldades, verifica-se um EBITDA (earnings before interests, taxes, depreciations and amortizations) de 445 m€ e um cash-flow de 2,6 M€, refletindo claramente o rigor das políticas de gestão, em particular da receita e da despesa, em benefício da sustentabilidade da instituição, num ano em que se mantêm as dificuldades conjunturais e o ambiente de incerteza gerado pelas políticas orçamentais, fiscais e sociais.

Não posso de deixar de agradecer a preferência de todos aqueles que optaram pelo IPLeiria para a sua formação, e referir igualmente a exemplar dedicação de todos os nossos colaboradores. Estes dois aspetos, a que se junta uma adequada priorização das atividades de ensino e formação, investigação científica, inovação, desenvolvimento e transferência do conhecimento e envolvimento com a região, o prestimoso contributo dos órgãos de gestão do instituto, das direções e órgãos das suas Escolas Superiores e demais unidades, foram indispensáveis para alcançar os objetivos que nos propusemos, respeitando os padrões de qualidade que impomos a nós próprios e que nos caracterizam.

A todos deixo o meu reconhecimento.

Nuno André Oliveira Mangas Pereira

Presidente do IPLeiria

O **Relatório de Atividades e Gestão Consolidado** do Grupo IPEiria descreve as principais atividades desenvolvidas pelas entidades que constituem o perímetro de consolidação, referentes ao exercício económico de 2014, e analisa a sua performance em termos económicos e financeiros, dando também cumprimento às disposições legais em vigor.

O Grupo IPEiria integra o Instituto Politécnico de Leiria (IPEiria) e os Serviços de Ação Social do IPEiria, sendo estas as entidades objeto de consolidação.

As demonstrações financeiras resultantes da consolidação foram objeto de fiscalização e de certificação legal de contas do Fiscal Único.

Para um maior nível de detalhe das atividades desenvolvidas pelo IPEiria ou pelos seus Serviços de Ação Social deve ser consultado o relatório de atividades individualizado, referente ao período em análise, disponível na página eletrónica do IPEiria (www.ipleiria.pt).

O Relatório de Atividades e Gestão Consolidado 2014 do Grupo IPEiria está organizado de acordo com a metodologia e conteúdo que a seguir se descreve:

- *Área das atividades (capítulo 1 ao capítulo 5)*

Breve enquadramento sobre a conjuntura económica e os acontecimentos de educação e de ensino superior que marcaram o ano a nível nacional; caracterização das entidades consolidadas; apresentação de indicadores de atividade; enumeração das orientações estratégicas e objetivos; resumo das atividades de cada uma das entidades consolidadas, por linha de ação da sua missão.

- *Área financeira (capítulos 6 e 7)*

Informação e análise económico-financeira da atividade consolidada, incluindo as respetivas demonstrações financeiras consolidadas, as quais foram objeto de fiscalização e certificação legal.

Apesar do papel primordial que o Estado deve assumir no financiamento do ensino superior, nos últimos anos as instituições de ensino superior têm suportado a diminuição da dotação que recebem do Orçamento do Estado para financiar a sua atividade. Os três últimos anos, coincidentes com a vigência do memorando de entendimento com a *troika*, vieram intensificar ainda mais este ciclo de cortes e restrições orçamentais.

Na prática, esta situação tem implicado acréscimos na propina paga pelos estudantes em algumas instituições e, na generalidade, um aumento do número de estudantes que abandona o ensino superior e incumprimento no pagamento de propinas, devido à deterioração das suas condições socioeconómicas.

Estes condicionalismos tiveram obviamente impactos na atividade do grupo IPLeiria em 2014, na medida em que, para cumprir a sua missão teve de intensificar o já elevado esforço de contenção orçamental, de efetuar despesa de uma forma ainda mais racional e eficiente, de procurar novas receitas próprias e de simultaneamente procurar incrementar a qualidade do ensino, da investigação e da transferência de conhecimento.

As atividades descritas ao longo do documento procuram ilustrar o empenho e dinamismo do IPLeiria na prossecução da sua missão e no cumprimento dos objetivos a que se propôs para 2014, apesar das dificuldades sentidas.

1. CONJUNTURA EXTERNA

Portugal | Economia

Em 2014, o PIB português cresceu 0,9%, interrompendo uma série de três anos com variações negativas do produto: -1,8% em 2011, -3,3% em 2012 e -1,4% em 2013. A última vez que se registou um crescimento anual positivo foi em 2010, ano em que a economia cresceu 1,9%.

O comportamento de crescimento em 2014 foi determinado sobretudo pela procura interna, num ano em que o consumo e o investimento iniciaram a recuperação, tendo as exportações líquidas apresentado um contributo negativo, devido a um crescimento das exportações inferior ao das importações.

Os gastos das famílias voltaram a terreno positivo pela primeira vez desde 2010, aumentando 2,1% em termos homólogos. O consumo parece voltar lentamente aos níveis de início da década.

O ano de 2014 fica assinalado pela conclusão e saída de Portugal do PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira (acordado com a UE – União Europeia e o FMI – Fundo Monetário Internacional, em maio 2011), pela diminuição de forma acentuada dos juros da dívida pública. Em termos internacionais, destaca-se a queda do preço do petróleo e a aplicação de medidas de estímulo pelo Banco Central Europeu no sentido de combater a ameaça de deflação na Europa, tendo este organismo, por duas vezes, cortado a taxa de juro, e lançado um programa de empréstimos localizados a juros baixos e um plano de compra de dívida privada.

Em resultado, a economia respondeu positivamente: a taxa de desemprego baixou, o clima de confiança aumentou e o consumo privado também.

As projeções são favoráveis, apontando para uma recuperação gradual da atividade económica, alguma recuperação do emprego privado e uma redução gradual da taxa de desemprego. A inflação deverá permanecer em níveis reduzidos, num contexto em que as pressões inflacionistas externas e internas deverão manter-se baixas.

Alguns fatores de incerteza, relacionados com os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e as questões que envolvem a negociação da dívida da Grécia, colocam um certo grau de risco na evolução deste cenário positivo.

Portugal | Ensino Superior

O ano de 2014 decorreu num ambiente de redução nas transferências do Orçamento de Estado para financiamento do funcionamento das instituições de ensino superior, situação que já se arrasta há alguns anos em Portugal, pondo em causa o seu normal funcionamento e o cumprimento dos compromissos assumidos pelas instituições.

As divergências de valores entre o Governo e instituições de ensino superior, quanto ao valor devido do *plafond* orçamental são enormes, ao que acresce os impactos da decisão do Tribunal Constitucional sobre o OE de 2014, que obrigou à reposição de verbas nos vencimentos dos trabalhadores em funções públicas.

A execução das despesas ficou ainda comprometida pelo agravamento em 3,75% das contribuições para a CGA a incidir sobre as remunerações de 2014, nos termos do previsto na Lei do OE para 2014.

Por outro lado, o Governo anunciou um processo de reforma e reorganização da rede e do sistema de ensino superior em Portugal, cujos contornos são ainda pouco conhecidos. A escassez de informação sobre este processo tem gerado o surgimento de múltiplas conjeturas sobre consórcios, integrações, fusões, alteração do objeto dos Institutos Politécnicos, alteração das regras de acesso ao Ensino Superior, entre outros, não confirmadas.

No acesso ao ensino superior, através do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) público, o ano de 2014 continuou a registar um grande desfasamento entre a oferta de vagas e a procura por parte dos estudantes, sendo a situação particularmente preocupante ao nível dos cursos que exigem como provas específicas a Matemática e a Físico-química (Engenharias).

Em termos de legislação, 2014 assinala a publicação de diversos diplomas legais, sendo de realçar a criação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), o Estatuto Estudante Internacional, as alterações ao regime jurídico de habilitação para a docência e o novo regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

Como medida de combate ao problema do abandono do ensino superior em Portugal, o Governo lançou o programa Retomar – os estudantes que beneficiem deste programa do Estado recebem um apoio de 1.200€ anuais para apoiar o regresso aos estudos – e o programa +Superior – concessão de uma bolsa no valor de 1.500€ anuais que visa apoiar a fixação de estudantes do ensino superior nas regiões do interior.

O ano de 2014 fica ainda marcado pelo lançamento do Portal Infocursos pelo Ministério da Educação e Ciência, uma plataforma *online* para ajudar os candidatos ao ensino superior na escolha do curso. O portal reúne informação sobre todos os cursos de licenciatura e mestrado integrado ministrados em Portugal e apresenta,

de forma gráfica e simples de interpretar, vários indicadores estatísticos, entre os quais a distribuição das classificações finais dos diplomados e a taxa de desemprego associada a cada curso registada no IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No início do ano letivo 2014/2015, a linha de empréstimos a baixo juro do Estado para estudantes do ensino superior foi suspensa, tendo sido reaberta apenas em janeiro de 2015. Desde 2007, quase 20 mil estudantes já recorreram à linha de crédito para financiarem os estudos. Para o ano letivo 2014/2015, o montante contratualizado foi de 20 M€ (o ano anterior foi de 21 M€).

No domínio da avaliação e acreditação de ciclos de estudos no ensino superior, competência da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, encontram-se estabilizados os instrumentos relativos à acreditação de ciclos de estudos e à certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

“O Instituto Politécnico de Leiria, adiante designado por IPL, é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”.

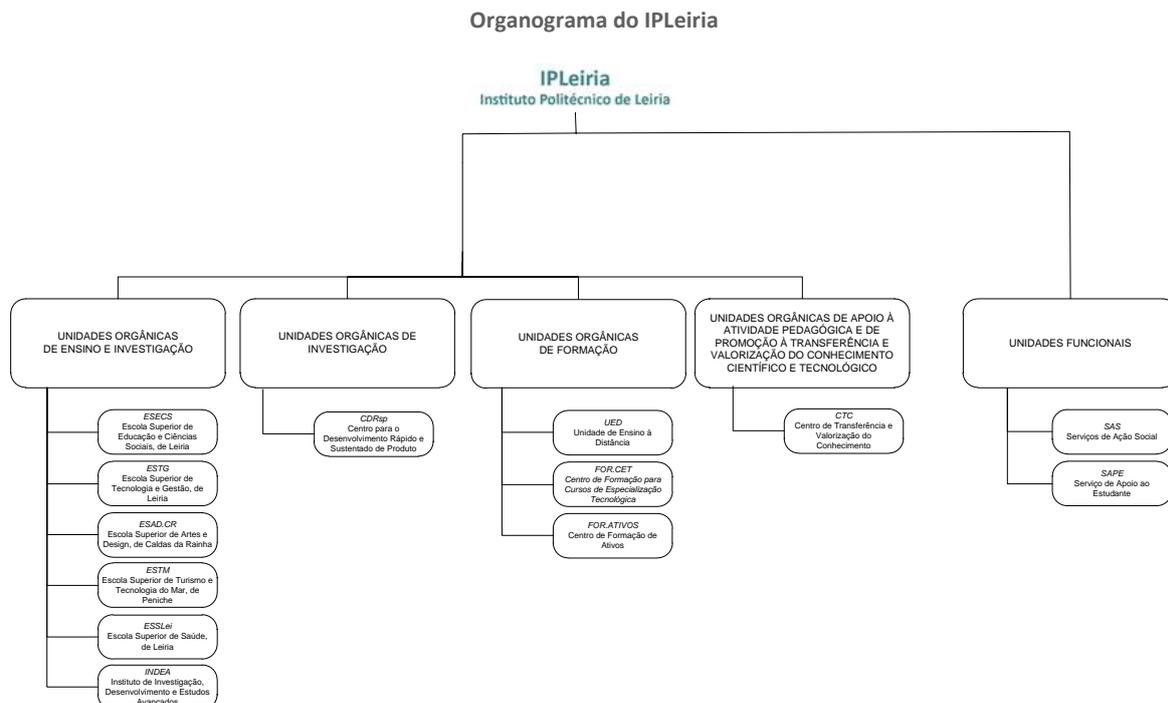
(art.º 1. dos Estatutos do IPEleiria)



Criado em 1980, pelo Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de agosto, o IPEleiria caracteriza-se por ser uma “pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar” (art.º 3 dos estatutos do IPEleiria).

Com início da sua atividade letiva em abril de 1987, integrou a então Escola Superior de Educação de Leiria, atual Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS). Mais tarde, foram criadas a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), em Leiria, a Escola Superior de Artes e Design (ESAD.CR), em Caldas da Rainha, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM), em Peniche, e, por fim, em 2005, foi integrada a então Escola Superior de Enfermagem, atual Escola Superior de Saúde (ESSLeI).

A estrutura orgânica do IPEleiria tem a seguinte configuração:



O IPEiria é uma instituição que se orgulha de ministrar um ensino de reconhecida qualidade e de dispor de uma oferta formativa multidisciplinar, com cursos em diversas áreas do conhecimento, em regime presencial (diurno e pós-laboral) e a distância, compreendendo a formação de 1.º ciclo (licenciaturas), 2.º ciclo (mestrados), pós-graduada e de especialização não conferente de grau académico, pós-secundária não superior (CET – Cursos de Especialização Tecnológica e CTEP – Cursos Técnicos Superiores Profissionais), contínua e o curso preparatório para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos.

Reconhecido pela qualidade da sua organização e estratégia de atuação pela *European University Association* (EUA) no âmbito do *Institutional Evaluation Programme*, todos os cursos são avaliados e acreditados, de acordo com as exigências legais em vigor.

Nos seus cinco *campi*, três em Leiria (campus 1, 2 e 5), um em Caldas da Rainha (campus 3) e um em Peniche (campus 4), os estudantes que o frequentam têm ao seu dispor um conjunto de instalações e equipamentos pedagógicos, científicos e de apoio, modernos e bem equipados, de que se destacam os inúmeros laboratórios, os amplos recursos documentais e bibliográficos (bibliotecas, B-on – biblioteca científica digital), o fácil acesso à internet (física ou via *wireless*) e serviços de suporte de excelente qualidade ao nível do apoio social de base (bolsas de estudo, cantinas, restaurantes, residências, serviços médicos).

Quanto às atividades de investigação e desenvolvimento, estão distribuídas por 12 unidades de investigação próprias e 6 delegações/polos/núcleos que acolhe, nos seguintes domínios: ciências sociais; educação; inclusão; turismo; gestão; ciências jurídicas; saúde; engenharia; desporto e qualidade de vida; ciência e tecnologia do mar. Estas unidades desenvolvem atividade ao nível de: i) participação em candidaturas a programas de financiamento; ii) estabelecimento de parcerias em rede e de acordos de cooperação com unidades de investigação nacionais e internacionais; iii) fomento do intercâmbio de investigadores; iv) prestação de serviços.

Por outro lado, o IPEiria tem contribuído de forma positiva para o fomento de relações privilegiadas entre o meio académico e o tecido empresarial e institucional da região de Leiria. Nesse sentido, o CTC – Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento constitui-se como uma estrutura de interface e elo de ligação entre o Instituto e o referido tecido empresarial e institucional, traduzindo-se num meio de apoio facilitador, impulsionador e gestor de processos de transferência de tecnologia e conhecimentos entre o meio académico e o tecido empresarial.

O Instituto tem procurado desenvolver parcerias estratégicas com núcleos empresariais, nomeadamente com a NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria e a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes, como é exemplo o protocolo IPL – Indústria. Manteve a intensa colaboração com os municípios da região.

Por outro lado, é ainda de referir a participação do Instituto nas 3 incubadoras de empresas da região (na IDD – Incubadora D. Dinis em Leiria, na OPEN - Oportunidades Específicas de Negócio em Marinha Grande, e na ABC - Apoio de Base à Criatividade em Óbidos), a participação como fundador promotor da Associação CCD – Centro de Competências D. Dinis (comercialmente designada por D. Dinis Business School), a participação como sócio fundador da OBITEC - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia (gere a incubadora do Parque Tecnológico de Óbidos) e do Centro de Ciência Viva do Alviela, e a participação no CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos.

O IPEiria tem apostado também na componente internacional, em particular no espaço da língua portuguesa. São exemplos desta realidade a licenciatura em *Tradução e Interpretação Português-Chinês/Chinês-Português* e o mestrado em *Administração Pública* realizados em cooperação com o Instituto Politécnico de Macau; as parcerias com universidades brasileiras que têm incidido sobre a mobilidade de estudantes; ou os cursos de formação de professores realizados em outros países lusófonos, como Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola. No âmbito da captação de estudantes internacionais ao nível da graduação e da pós-graduação, preparou um conjunto de mestrados lecionados em língua inglesa.

Desenvolve ainda atividades de apoio ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio cultural, científico e técnico da comunidade onde se encontra inserido.

Deste modo, o IPEiria desempenha um papel decisivo na qualificação dos recursos humanos, em diversas áreas do saber, na sua esfera de competências, bem como no desenvolvimento económico, social, científico e cultural da região de Leiria e Oeste.

2.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Os Serviços de Ação Social são uma unidade funcional do Instituto Politécnico de Leiria, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.

Estes Serviços têm por finalidade a execução da política de ação social superiormente definida, de modo a proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo, através de apoios e serviços.

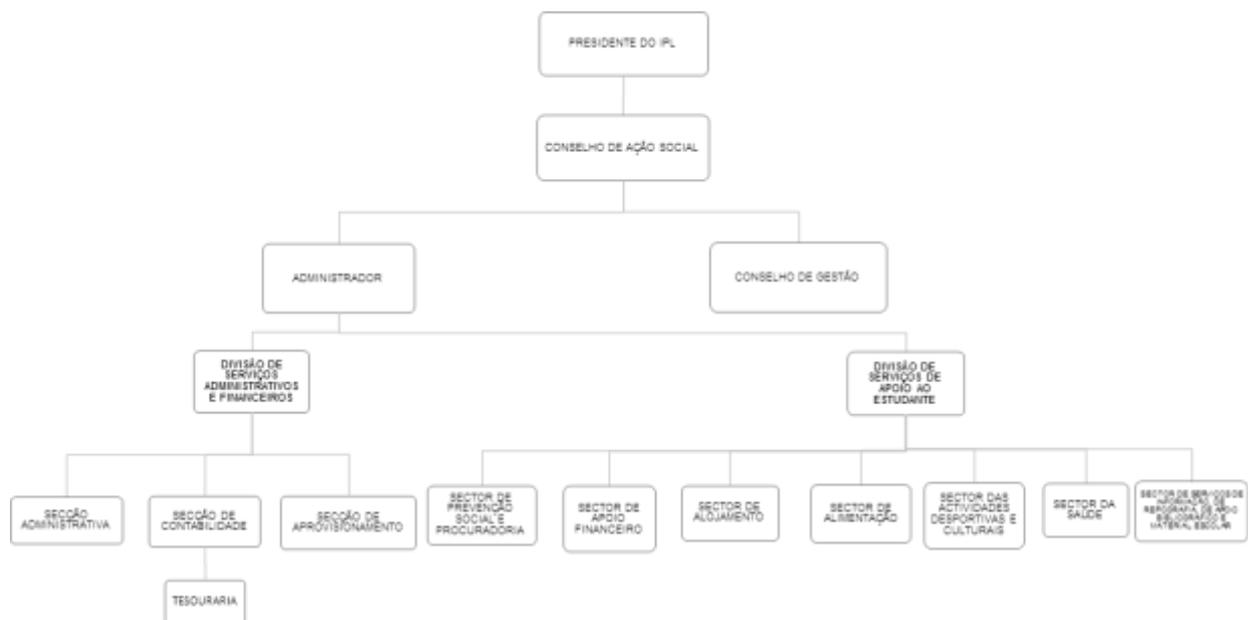


Os Serviços de Ação Social têm como missão planear, coordenar e executar a política de ação social. Concedem apoios sociais diretos (bolsas de estudo e auxílios de emergência) e indiretos (entre outros, o acesso à

alimentação, ao alojamento, a serviços de saúde e a atividades desportivas e culturais). Podem ainda ser concedidos apoios a estudantes com necessidades especiais.

Relativamente à estrutura organizacional, os Serviços de Ação Social do IPEiria são administrados pelo Administrador para a Ação Social e estruturam-se, basicamente, em duas grandes divisões: (1) Divisão de Serviços Administrativos e Financeiros e (2) Divisão de Serviços de Apoio ao Estudante, conforme a figura subsequente:

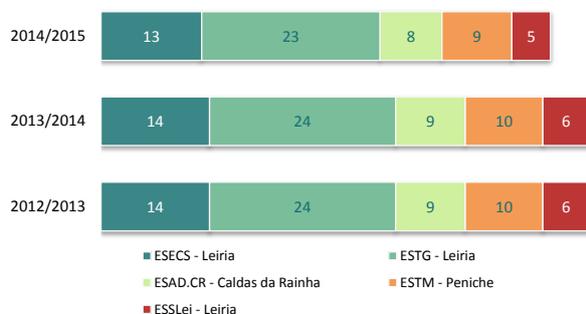
Organograma dos Serviços de Ação Social do IPEiria



3. IPLEIRIA EM NÚMEROS

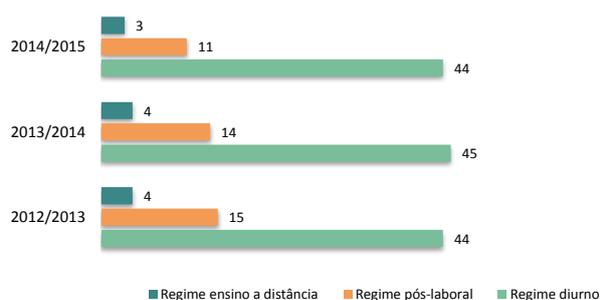
Ensino

Oferta de 1.º ciclo por Escola Superior



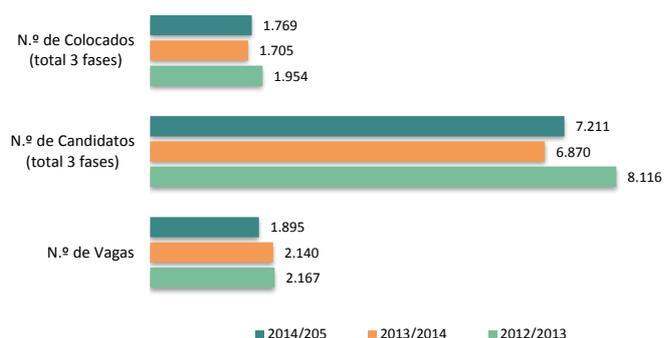
Nos anos 2012 e 2013, a oferta formativa de 1.º ciclo (licenciaturas) do IPLeiria no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) manteve-se estável, com a abertura de vagas em 63 cursos. Em 2014, registou-se um ligeiro decréscimo, e a oferta formativa abarcou um leque de 58 cursos, distribuídos pelas Escolas Superiores conforme consta no gráfico à esquerda.

Oferta de 1.º ciclo por regime



O IPLeiria disponibiliza a oferta de 1.º ciclo em regime presencial (diurno e pós-laboral) e ensino a distância. É de salientar o peso relativo do número de licenciaturas oferecidas no CNAES em regime pós-laboral face ao total (cerca de 20%), em todos os anos considerados.

Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior - IPLeiria



Quanto aos resultados do CNAES dos últimos três anos, constantes no gráfico, pode observar-se que o número de candidatos e colocados aumentou no último ano em análise, tendo o número de vagas abertas pelo IPLeiria registado um decréscimo, por opção da instituição e na sequência da estabilização do número de cursos oferecidos.

No final de todas as formas de acesso e ingresso estavam matriculados 2.122 novos alunos (1.º ano pela 1.º vez) de 1.º ciclo: 1.442 pelo regime geral de acesso, 483 concursos especiais (titulares de diploma de especialização tecnológica, titulares de provas M23, titulares de cursos médios e superiores e concurso especial de acesso e ingresso para estudantes internacionais), 189 por mudança de curso e transferência e 8 por regimes especiais.

A comunidade académica do IPLeiria integra cerca de 11.000 estudantes em 2014/2015, registando a seguinte evolução, por tipo de oferta formativa, nos três últimos anos:

Estudantes inscritos	2012 2013	2013 2014	2014 2015 (p)
Formação Inicial	8.173	7.696	7.295
ESECS - Leiria	1.529	1.358	1.248
Regime diurno	1.023	945	906
Regime pós-laboral	406	323	264
Regime ensino a distância	100	90	78
ESTG - Leiria	3.492	3.242	2.995
Regime diurno	2.327	2.199	2.102
Regime pós-laboral	1.095	979	835
Regime ensino a distância	70	64	58
ESAD.CR - Caldas da Rainha	1.117	1.116	1.112
Regime diurno	946	978	1.016
Regime pós-laboral	171	138	96
Regime ensino a distância	—	—	—
ESTM - Peniche	1.043	940	913
Regime diurno	888	824	847
Regime pós-laboral	126	96	59
Regime ensino a distância	29	20	7
ESSLeI - Leiria	992	1.040	1.027
Regime diurno	992	1.040	1.027
Regime pós-laboral	—	—	—
Regime ensino a distância	—	—	—
Mestrados Próprios	1.238	1.423	1.491
1.º ano	638	683	645
2.º ano	600	740	846
Formação pós-graduada não conferente de grau (*)	306	127	116
Cursos de Especialização Tecnológica	1.512	1.539	1.551
Ano Preparatório - M23	149	125	104
Outros (Programa IPL 60+, formação contínua)	966	951	784
TOTAL	12.344	11.861	11.341

(*) Inclui pós-graduação e pós-licenciatura.

P - preliminares

Nota: Dados referentes a 31 de dezembro, na sua maioria utilizando como fonte de informação DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Ministério da Educação e Ciência. A formação pós-graduada não conferente de grau e formação contínua refere-se a dados de estudantes inscritos no decorrer do ano civil.

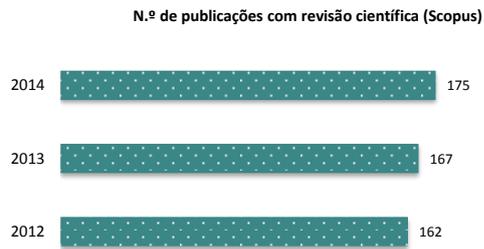
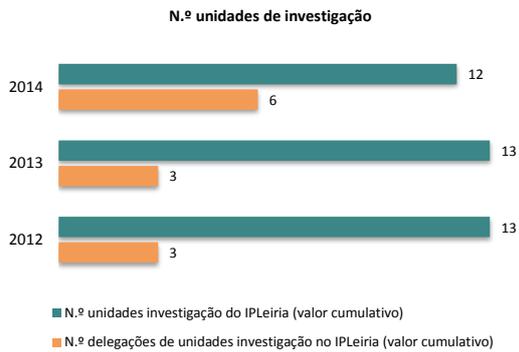
Em termos de evolução no número de diplomados verifica-se o seguinte:

Estudantes diplomados	2011 2012	2012 2013	2013 2014 (p)
Cursos de Especialização Tecnológica	553	537	513
Formação Inicial	1.680	1.704	1.589
Mestrados Próprios	189	331	233
TOTAL	2.422	2.572	2.335

P - preliminares

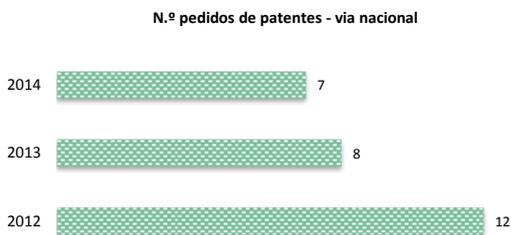
Nota: Dados referentes a 31 de dezembro, na sua maioria utilizando como fonte de informação DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Ministério da Educação e Ciência.

Investigação, desenvolvimento e inovação



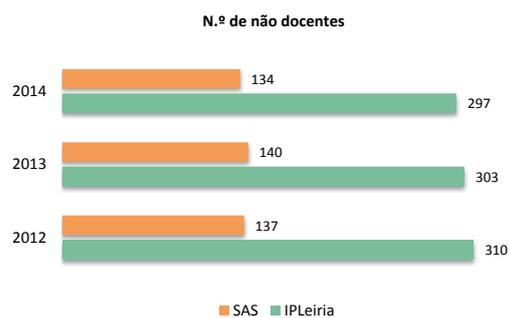
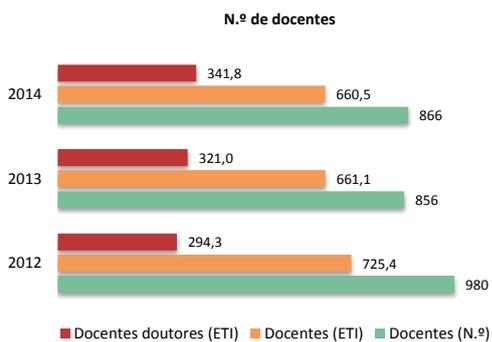
O IPEiria dispõe de 12 unidades de investigação próprias, em diferentes áreas do saber. Acolhe ainda as delegações de Leiria de seis unidades de investigação nacionais de reconhecido prestígio.

No ano 2014, os seus docentes publicaram um total de 175 trabalhos científicos (dados da *Scopus*), dos quais 50,9% estão nos 2 primeiros quartis, ou seja, em revistas de topo com um maior fator de impacto.



Relativamente ao número anual de pedido de patentes via nacional, regista-se a evolução constante no gráfico, sendo que dos pedidos efetuados até 31 de dezembro de 2014, o IPEiria tem um total de 15 patentes concedidas, a nível nacional.

Recursos humanos



Os gráficos demonstram a evolução do número de docentes e colaboradores técnicos e administrativos no grupo IPEiria desde o ano de 2012 (dados a 31 de dezembro), o que permite concluir que ambas as categorias de colaboradores sofreram diminuições.

No final do ano de 2014, o IPEiria conta com 341,8 docentes doutorados (valores ETI), verificando-se uma variação positiva comparativamente com o ano anterior, o que significa que **51,7% do total dos docentes tem o grau de doutor** (em ETI), facto de primordial importância para a consolidação do IPEiria.

4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | OBJETIVOS

Missão

Missão

O IPEleiria é uma instituição pública de ensino superior comprometida com a formação integral dos cidadãos, a aprendizagem ao longo da vida, a investigação, a difusão e transferência do conhecimento e cultura, a qualidade e a inovação.

Promove ativamente o desenvolvimento regional e nacional e a internacionalização.

Valoriza a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico e empreendedor.

in Plano Estratégico 2010-2014 do IPL

Eixos e objetivos 2010-2014

No Plano Estratégico 2010-2014, o IPEleiria definiu 7 eixos estratégicos, os quais se subdividem em objetivos estratégicos e estes, por sua vez, em objetivos operativos.

Quadro 1 | Plano Estratégico 2010-2014 do IPEleiria – Eixos e objetivos

Eixo / Objetivo estratégico	Objetivo operativo
EIXO 1. Formação	
1.1. Dinamizar e consolidar a oferta formativa	1.1.1. Melhorar a articulação da formação pós-secundária, graduada, pós-graduada e ao longo da vida
	1.1.2. Interligar a formação com as necessidades do tecido institucional e empresarial da região
	1.1.3. Aumentar a oferta de formação ao longo da vida
1.2. Dispor de um sistema de reconhecimento e validação de competências	1.2.1. Implementar um sistema de reconhecimento e validação de competências
EIXO 2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	
2.1. Investigação e Desenvolvimento – Aumentar o volume, pertinência e a qualidade das atividades de Investigação e Desenvolvimento nos diversos domínios do Instituto	2.1.1. Valorizar e avaliar a investigação no IPEleiria
	2.1.2. Promover a investigação com entidades externas nacionais e internacionais
2.2. Transferência de conhecimento e tecnologia – Colocar o Instituto como parceiro preferencial, no âmbito regional	2.2.1. Incrementar o papel de observatório de estratégias de desenvolvimento regional
	2.2.2. Promover a prestação de serviços externos, a criação de empresas e transferência do conhecimento
EIXO 3. Internacionalização	
3.1. Mobilidade Internacional – Aumentar e diversificar a mobilidade internacional	3.1.1. Incrementar as atividades do IPEleiria através da mobilidade
	3.1.2. Incrementar o número de parcerias e a participação do IPEleiria em redes internacionais
3.2. Cooperação – Reforçar e ampliar as atividades de cooperação	3.2.1. Alargar o âmbito geográfico e temático da cooperação
	3.2.2. Diversificar as fontes de financiamento

Eixo / Objetivo estratégico	Objetivo operativo
EIXO 4. Pessoal Docente e Não Docente	
4.1. Qualificação e formação do pessoal – Dispor de pessoal qualificado e profissionalmente competente	4.1.1. Melhorar a capacidade científica e pedagógica dos docentes 4.1.2. Melhorar a formação e as competências profissionais do pessoal não docente
4.2. Meios, condições, motivação e reconhecimento no trabalho – Melhorar os meios e condições de trabalho e promover o reconhecimento das pessoas	4.2.1. Otimizar os meios e condições de trabalho 4.2.2. Melhorar o clima social e os mecanismos de avaliação do pessoal
4.3. Envolvimento institucional – Conseguir um maior envolvimento e participação do pessoal	4.3.1. Apoiar atividades sociais e culturais desenvolvidas pelos colaboradores 4.3.2. Melhorar a comunicação interna, a polivalência funcional e a troca de experiências
EIXO 5. Estudantes	
5.1. Desenvolvimento integral – Promover e acompanhar a sua formação integral como cidadãos e a sua inserção na vida ativa	5.1.1. Desenvolver competências pessoais, interpessoais e de cidadania 5.1.2. Estimular a participação cívica, cultural, artística, desportiva, científica e social 5.1.3. Preparar e acompanhar o estudante ao longo do percurso académico e na transição para a vida ativa
5.2. Promoção da igualdade de oportunidades – Melhorar condições de acompanhamento e serviços prestados	5.2.1. Melhorar as condições de acesso, de inclusão e de permanência
EIXO 6. Valorização e Desenvolvimento Regional	
6.1. Valorização da identidade regional – Reforçar o papel do IPEiria como fator de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais	6.1.1. Intensificar o relacionamento com entidades e instituições vocacionadas para a promoção do desenvolvimento regional, por forma a favorecer a afirmação da região no contexto nacional 6.1.2. Promover a coesão das identidades regionais na zona de implantação do IPL
6.2. Dinamização científica, técnica, artística, cultural e social – Envolver o IPEiria com a comunidade na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes	6.2.1. Divulgar à comunidade as diferentes áreas da ciência, da cultura e das artes 6.2.2. Promover e apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados, eventos e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da região
EIXO 7. Organização e Gestão	
7.1. Recursos – Incrementar os recursos disponíveis utilizando-os em cada momento de forma eficaz, sustentada e eficiente	7.1.1. Diminuir os custos de operação do IPEiria 7.1.2. Diversificar as fontes de financiamento e incrementar os recursos disponibilizados à comunidade académica
7.2. Informação, imagem e comunicação – Melhorar os conteúdos e a eficácia dos fluxos de informação e comunicação interna e externa	7.2.1. Melhorar a eficácia dos fluxos de informação 7.2.2. Aumentar os conteúdos disponíveis e melhorar a sua qualidade
7.3. Qualidade e participação – Incorporar um modelo de gestão, certificável, baseado na qualidade, que facilite o envolvimento das pessoas	7.3.1. Dispor de um sistema interno de qualidade orientado para a melhoria contínua, obtendo a certificação e acreditação em âmbitos selecionados 7.3.2. Aumentar os níveis de responsabilidade e capacidade de intervenção direta das chefias intermédias nos serviços e unidades orgânicas

Fonte: Plano Estratégico 2010-2014 do IPEiria.

Objetivos 2014

Em conformidade com o Plano Estratégico 2010-2014 do IPEiria, o plano de atividades 2014 foi estruturado com base em 7 eixos estratégicos, os quais nortearam a formulação de objetivos operacionais e a definição de atividades a desenvolver pelo IPEiria e pelas suas unidades orgânicas, no respeito pela prossecução das suas atribuições e competências.

Os objetivos para 2014 são por isso os constantes no *Quadro 1*. As ações traçadas para alcançar os objetivos delineados constam do respetivo plano de atividades.

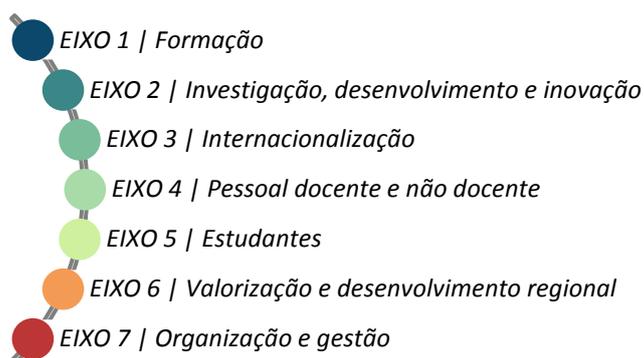
5. ATIVIDADE DO GRUPO | 2014

INFORMAÇÃO CONSTANTE DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES 2014

5.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Atividades | 2014

O presente capítulo visa apresentar uma súmula das atividades desenvolvidas pelo IPLeia, no decorrer do ano económico de 2014, estando estruturado em sete áreas de atuação (os eixos estratégicos do Plano Estratégico 2010-2014), em conformidade com o plano e o relatório de atividades:



EIXO 1 | Formação

As iniciativas a promover pelo IPLeia no domínio da formação visam a dinamização e a consolidação da oferta formativa, nomeadamente com o aumento da oferta de formação pós-graduada e ao longo da vida, e a implementação de um sistema de reconhecimento e validação de competências (*cf. Quadro 1, p. 21*).

A oferta formativa do IPLeia, lecionada em regime presencial (diurno e pós-laboral) e a distância, repartida pelas cinco Escolas Superiores, caracteriza-se pela multidisciplinidade, com cursos em diversas áreas do conhecimento: artes e design; ciências empresariais e jurídicas; educação e comunicação; engenharia e tecnologia; saúde; ciência e tecnologia do mar e turismo.

Compreende a formação de 1.º ciclo (licenciaturas), de 2.º ciclo (mestrados), pós-graduada e de especialização não conferente de grau académico, pós-secundária não superior (CET – Cursos de Especialização Tecnológica e CTeSP – Cursos Técnicos Superiores Profissionais), contínua e o curso preparatório para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos.

No final do ano de 2014, o IPLeia tinha cerca de 11.000 estudantes, distribuídos pelos diversos níveis de ensino referenciados, conforme já demonstrado anteriormente no ponto 3. *IPLeia em Números* (pág. 17 do presente documento).

No acesso ao ensino superior, o IPEiria disponibilizou 1.895 vagas na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) público de 2014, tendo atingido cerca de 4.900 candidatos só nessa fase. No total das três fases, foram colocados 1.769 estudantes, o que garantiu uma taxa de ocupação das vagas de 93,4% (100,0% no regime diurno, 52,6% no regime pós-laboral e 14,5% no regime a distância).

Regista-se a entrada em funcionamento de um novo curso, licenciatura em *Jogos Digitais e Multimédia* (ESTG) e, globalmente, em 2014/2015 verifica-se o ingresso no 1.º ano pela 1.ª vez em cursos de 1.º ciclo de aproximadamente 2.130 novos estudantes, através dos diversos regimes de ingresso.

Na oferta formativa de 2.º ciclo há a assinalar a entrada em funcionamento de 2 novos cursos (1 na ESECS e 1 na ESTG), o alargamento da oferta formativa em regime *b-Learning* com mais 4 mestrados e a oferta em língua inglesa de 8 mestrados (5 ESTG, 1 ESAD.CR, 2 ESTM). Em 2014/2015, o número de inscritos pela 1.ª vez, no 1.º ano, de cursos de 2.º ciclo, totalizou 610 estudantes.

O recrutamento de estudantes internacionais ao nível da graduação e da pós-graduação foi uma área com importância crescente no Instituto, procurando tirar partido do Estatuto do Estudante Internacional, diploma publicado em Diário da República em março de 2014. Consequentemente, o IPEiria incrementou as ações já em curso, visando continuar a aumentar os seus níveis de atratividade e notoriedade internacional, bem como a captação de um número cada vez maior destes estudantes, reforçando a dimensão internacional e multicultural do IPEiria.

Em matéria de qualidade, foram acreditados todos os 5 pedidos (4 licenciaturas e 1 mestrado) de acreditação prévia de novos ciclos de estudos submetidos à A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em 2013. Em 2014, foram submetidas 6 novas propostas (1 licenciatura e 5 mestrados), estando ainda a aguardar parecer. O processo de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento continuou em curso.

Na oferta de CET, em 2014 o IPEiria abriu candidaturas a CET para diversos cursos e locais, registando 784 alunos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez.

No ano de 2014 assume particular relevância o diploma legal que cria os CTeSP, que no ensino superior substituem os atuais CET. O IPEiria obteve o registo de 3 CTeSP junto da DGES – Direção-Geral do Ensino Superior e ainda durante este ano preparou e criação de mais 31 CTeSP, cujo registo se espera que venha a ser obtido no ano de 2015.

O IPEiria participa oficialmente num programa doutoral internacional, na área da ciência e tecnologia do mar (DO*MAR, no âmbito do projeto *Campus do Mar*), tendo acolhido estudantes de doutoramento no ano letivo 2013/2014 e 2014/2015 no IPEiria/ESTM. Para além desta participação oficial, o IPEiria é instituição de acolhimento de estudantes de doutoramento em diferentes domínios científicos.

A oferta de pós-graduações não conferentes de grau foi alargada, com a criação de um novo curso na ESTG intitulado *Auditoria e Controlo de Gestão*.

Inspirados pelo movimento MOOC (*Massive Open Online Course*) surgido nos últimos anos, o IPEiria passou a disponibilizar a partir de março de 2014, através da sua UED – Unidade de Ensino a Distância, cursos *online* de acesso livre através da nova plataforma UP2U, dirigidos a estudantes e ao público em geral.

Teve início a 8.ª edição (ano letivo 2014/2015) do curso preparatório para as Provas M23 com 104 alunos inscritos. Na edição anterior registou-se uma taxa de aprovação de 84,0%.

O número de inscritos no Programa IPL 60+ manteve-se estável, com aproximadamente 100 inscritos por semestre, realizando-se ainda atividades socioculturais diversas, na sua maioria por iniciativa dos estudantes seniores.

Paralelamente foram dinamizadas ações de formação contínua pelas diversas unidades orgânicas do IPEiria, fomentando assim a aprendizagem contínua, permanente e ao longo da vida.

Depois de aprovado em 2013, o Manual de Apoio ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade do IPEiria foi revisto em 2014, estando em preparação a sua submissão a acreditação por parte da A3ES.

2014 assinala ainda a inauguração das primeiras Academias Siemens à escala mundial – *Siemens PLM Academy (Product Lifecycle Management Academy)* e *Siemens Automation Academy* – com a presença do ministro da Educação e Ciência. Resultam de uma parceria entre a Siemens, o IPEiria e a Cadflow, e funcionam nas instalações da ESTG/IPEiria. A ESTG é atualmente reconhecida como Academia Cisco, Academia IBM, Academia Oracle, Academia EduNet/Phoenix Contact.

O ano de 2014 ficou ainda marcado pela atribuição dos Prémios IPEiria – Mérito Ensino Secundário 2014/2015 aos estudantes e respetivas escolas, no decorrer da sessão solene de abertura do ano letivo 2014/2015 do IPEiria. Estes prémios distinguem o melhor estudante que ingressou em cada um dos cursos, na 1ª fase do CNAES, com média superior a 16 valores, bem como as escolas secundárias onde desenvolveram os seus estudos.

Merecem ainda referência as Bolsas de mérito IPL+Indústria. São bolsas de estudo patrocinadas por empresas da região, destinadas aos estudantes dos cursos selecionados por estas empresas, em resultado dos Encontros IPL-Indústria e da parceria com a NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria e a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes, e que constituem um estímulo importante à formação nalgumas áreas, nomeadamente das engenharias

EIXO 2 | Investigação, desenvolvimento e inovação

A prossecução de objetivos no domínio da investigação, desenvolvimento e inovação nos diversos domínios do IPLeiria, assenta no aumento do volume, pertinência e qualidade das atividades de I&D+i e na interação do Instituto como parceiro preferencial, no âmbito regional, ao nível da transferência de conhecimento e tecnologia (cf. Quadro 1, p. 21).

O IPLeiria desenvolve a sua atividade I&DT essencialmente através das 12 unidades de investigação (UI) próprias, bem como pela atividade produzida pelas 6 delegações/polos/núcleos que acolhe, na área das ciências sociais; educação; inclusão; turismo; gestão; ciências jurídicas; saúde; engenharia; desporto e qualidade de vida; ciência e tecnologia do mar.

Estes números já incluem a nova UI própria criada em 2014, o CIEJ – Centro de Investigação em Estudos Jurídicos, bem como a admissão a duas novas delegações, a ADAI – Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial e o CIEQV – Centro de Investigação e Qualidade de Vida. As UI integram docentes do IPLeiria, mas também um número significativo de investigadores ligados a outras entidades e investigadores contratados ao abrigo de programas de investigação.

Algumas das UI estão localizadas em zonas industriais e empresarias, ou desenvolvem a sua atividade em estreita ligação com estas. Em 2014 regista-se a conclusão da construção de duas novas infraestruturas científicas – do CDRsp, na zona industrial da Marinha Grande, e do CeteMares, no porto de pesca de Peniche – que permitirão, entre outros aspetos, promover a investigação aplicada, a produção, transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico, a competitividade do tecido produtivo regional, o empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica, a qualificação de recursos humanos e a criação de emprego científico.

No final de 2014 foram conhecidos os resultados da avaliação das UI promovido pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O IPLeiria teve no processo de avaliação o CDRsp (Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto), o GIRM (Grupo de Investigação em Recursos Marinhos), o CIIC (Centro de Investigação em Informática e Comunicações), o GITUR (Grupo de Investigação em Turismo), o IT (Instituto de Telecomunicações), o CICS.Nova (Centro de Investigação em Ciências Sociais), o INESCC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra), o LAETA (Laboratório Associado de Energia Transportes e Aeronáutica pela participação na ADAI – Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial), o LSRE/LCM (Laboratório de Processos de Separação e Reação/Laboratório de Catálise e Materiais) e o CIEQV (Centro de Investigação em Qualidade de Vida). Face aos resultados, das UI exclusivas do IPLeiria que não passaram à segunda fase, foi apresentada contestação formal em sede de recurso pelo GIRM e pelo CIIC, que tiveram proposta de avaliação de *Poor* e *Fair*, respetivamente. Na mesma fase, também o INESCC, que obteve a classificação de *Good*, apresentou recurso suportado institucionalmente pelo IPLeiria. O CDRsp e o GITUR

tiveram avaliação de *Good* e *Fair*, respetivamente. Em relação às UI que passaram à segunda fase, o LSRE foi classificado com *Excellent* e o CICS.NOVA, LAETA (ADAI) e o IT foram classificados com *Very Good*.

O ano de 2014 trouxe mudanças e, principalmente, o início de novas oportunidades em termos de financiamento europeu, nomeadamente o novo Programa-Quadro de Investigação & Inovação da União Europeia para o período 2014-2020 – o Horizonte 2020 (H2020) – e, conseqüentemente, novos programas operacionais regionais (CENTRO 2020) e nacionais (Portugal 2020). De realçar, no entanto, que os principais regulamentos comunitários que permitem candidaturas a fundos europeus no ciclo 2014/2020 só foram aprovados no final do ano.

Neste contexto, estimular a participação alargada de docentes na investigação orientada para o tecido económico com relevância na Região Centro, principalmente nas áreas estratégicas de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (*RIS3: Research and Innovation Strategies for Smart Specialization*), em articulação com o CENTRO 2020, o Portugal 2020 e H2020, foi um dos desafios em 2014, que se manterá nos anos seguintes.

Foram inúmeras as iniciativas promovidas pelo IPEiria visando incrementar em variedade, complexidade e relevância das atividades de I&D: disseminação ativa de informação sobre abertura de concursos regionais, nacionais e internacionais relacionados com programas de financiamento de projetos I&DT; o fomento de parcerias entre as UI; a participação em projetos conjuntos; a participação em eventos científicos nacionais e internacionais; as prestações de serviços a empresas; a contratação de bolsiros de investigação; o estabelecimento de redes de conhecimento; a mobilidade internacional de docentes e investigadores.

Ao nível de financiamento externo de projetos de I&D, em 2014 regista-se a aprovação de 28 candidaturas. O financiamento total (atribuído ao IPEiria) dos projetos aprovados (28) no ano de referência foi cerca de 2.150.000€.

Em termos de indicadores de produção científica, no ano de 2014, as equipas das UI publicaram um total de 175 trabalhos científicos (167 em 2013 e 162 em 2012), segundo os dados da *Scopus (Elsevier)*, dos quais 50,9% estão publicados em revistas de topo com um maior fator de impacto. Considerando apenas os artigos das revistas indexadas na *Web of Science (Thomson Reuters)*, em 2014 foram publicados 70 artigos, dos quais 67,1% estão nos 2 primeiros quartis e têm uma taxa de internacionalização (% de publicações em coautoria com pessoas de instituições estrangeiras) de 56,8%.

No domínio da I&D é ainda de realçar a realização das Jornadas I&D+i do IPEiria, em novembro, no Centro Ciência Viva, em Alviela, com as intervenções de oradores do Gabinete de Promoção do Programa Quadro, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e da INOVA +, a que se seguiu uma visita ao Centro. Do programa fez

ainda parte a apresentação de Félix de Moya Anegón sobre "Indicadores de Produção Científica do IPEiria" e o debate sobre as atividades desenvolvidas nesta área.

O dinamismo da investigação e inovação é também visível na Propriedade Industrial (PI) oriunda da comunidade académica. Até final do ano de 2014 o IPEiria viu concedidas, pelo INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 15 patentes nacionais, 11 modelos de utilidade, 21 marcas e 52 desenhos ou modelos industriais (design). Relativamente a pedidos de invenções fora do território nacional, foram concedidos 5 pedidos de patentes. Durante o mesmo período, acresce a concessão de 4 registos de autor junto da IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais.

Por fim, é de acrescentar que em 2014 deu-se continuidade ao trabalho para a implementação dos princípios da Carta Europeia do Investigador & Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores, iniciativa promovida pela Comissão Europeia à qual o IPEiria aderiu, visando a obtenção do logo *HR Excellence in Research* do IPEiria.

EIXO 3 | Internacionalização

A internacionalização é outra das áreas consideradas estratégicas, apostando-se no reforço e diversificação da mobilidade internacional, na promoção de graus conjuntos ou em associação, e na ampliação das atividades de cooperação (cf. *Quadro 1, p. 21*).

A internacionalização tem sido um dos objetivos estratégicos do IPEiria nos últimos anos e tem-se desenvolvido através: i) da promoção da oferta formativa do IPEiria junto de estudantes internacionais; ii) da promoção de programas de mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos; iii) do desenvolvimento de ações de cooperação; e iv) da participação em redes internacionais.

O IPEiria está ainda ciente da importância premente em reforçar e ampliar a formação de todos os seus estudantes através da aquisição de conhecimentos técnicos, científicos e linguísticos, bem como do desenvolvimento de um conjunto de capacidades multiculturais, tão necessárias a um mercado cada vez mais global.

Assim, a captação de estudantes internacionais tem assumido uma relevância crescente para o IPEiria, não só pela necessidade de inverter a tendência de diminuição de candidatos nacionais como, sobretudo, pela necessidade de conferir uma dimensão internacional e multicultural, permitindo que todos os estudantes possam ter um contacto mais próximo com diferentes realidades culturais, melhorando a sua formação cívica e académica.

O Estatuto do Estudante Internacional, publicado em março de 2014 foi um enorme avanço e trouxe um conjunto de oportunidades às instituições de ensino superior que importa agora potenciar, embora a sua publicação tardia tenha impedido a sua utilização em larga escala para o ano letivo 2014/2015.

A divulgação da oferta formativa em portais de educação estrangeiros (dos quais se salientam os 8 mestrados em inglês e os mestrados e licenciaturas em português, direcionadas não só para os estudantes nacionais como igualmente para os estudantes internacionais que pretendam frequentar um período completo de estudos), a participação em feiras de educação internacionais, o estabelecimento de contatos com agentes de recrutamento, a promoção de campanhas de marketing e o desenvolvimento de diligências junto das representações consulares portuguesas, foram algumas das iniciativas promovidas pelo IPEiria.

Por outro lado, o IPEiria fomentou a promoção de programas de mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores técnicos e administrativos (em especial no âmbito do Programa Erasmus +, Brasil e Macau), com instituições de ensino superior estrangeiras, bem como sessões de esclarecimentos.

Como resultado, no ano letivo 2013/2014 registaram-se 119 bolsas atribuídas para estudantes *outgoing* e 154 estudantes *incoming* no âmbito do Programa Erasmus + e 21 estudantes enviados (17 para o Brasil, 4 para o IPMacau) e 27 estudantes recebidos (do Brasil) no âmbito dos Protocolos Bilaterais. Foram ainda proporcionados 60 estágios profissionais em países europeus no âmbito do Erasmuscentro aos estudantes do IPEiria e um estágio no âmbito do IAESTE.

Registou-se também a participação *outgoing* de 19 docentes e 8 colaboradores técnicos e administrativos do IPEiria em programas de mobilidade Erasmus, e *incoming* de 38 docentes e 32 colaboradores técnicos e administrativos.

Por outro lado, o IPEiria participa em dois programas internacionais Erasmus Mundus – “Infinity” (Europa de Leste) e “Cruz del Sur” (América Latina) – cujas mobilidades ocorrerão no ano letivo 2014/2015 e anos seguintes.

À semelhança dos dois últimos anos, realizou-se a 3ª edição da Semana Internacional do IPEiria (5 a 9 de maio), em que cada Escola ficou responsável por um dia da semana, sendo esse o seu dia internacional. O programa englobou iniciativas que visavam conhecer diversas nacionalidades, a sua gastronomia, língua, hábitos e cultura, através de aulas abertas, seminários, *workshops*, conferências, exposições, entre outros.

Em 2014, o IPEiria participou em 5 eventos internacionais (Brasil, Espanha, Chipre, Luxemburgo e Índia) e estabeleceu acordos/protocolos com 25 novas instituições do Azerbaijão, Brasil, Cabo Verde, Equador, Espanha, Holanda, Moçambique, República Checa, Croácia e República Popular da China. Promoveu também a visita de delegações a instituições de ensino superior estrangeiras e recebeu visitantes dessas instituições.

Manteve a realização de Cursos de Língua Portuguesa Semestrais (*Erasmus Language Courses*), dirigidos a estudantes internacionais, constituindo-se como um domínio especializado da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPEiria (ESECS).

No âmbito da cooperação, o IPEiria tem procurado intensificar as relações de cooperação com diversos países do mundo, designadamente através do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior da Europa, América do Sul (especialmente com o Brasil e Equador), com África (em particular com os países de língua oficial portuguesa) e com a Ásia (República Popular da China e Macau), nos domínios da investigação e da formação de recursos humanos.

Neste domínio, o VII Congresso Internacional de Turismo, organização do GITUR da ESTM/IPEiria desde 2007, com o apoio da revista *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, foi realizado pela primeira vez fora de Portugal. Decorreu em dezembro de 2014, em Muscat, capital de Oman, na sequência de uma parceria entre a ESTM/IPEiria e a Universidade Sultan Qaboos.

A internacionalização do IPEiria também é visível na investigação, através da participação em projetos financiados por programas internacionais, promovidos no âmbito de entidades estrangeiras, realizados no quadro de parcerias alargadas. Em 2014, o Instituto esteve envolvido em projetos aprovados no âmbito de programas como o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, o Erasmus Mundus e o Tempus IV.

EIXO 4 | Pessoal docente e não docente

Ao nível do eixo pessoal docente e não docente, o IPEiria assume um conjunto de iniciativas tendentes a melhorar a qualificação, formação e envolvimento dos recursos humanos, o que inclui a qualificação do corpo docente, a formação do pessoal não docente e a promoção do reconhecimento das pessoas e do seu envolvimento institucional (*cf. Quadro 1, p. 21*).

No ano de 2014 verificou-se, uma vez mais, a introdução de profundas alterações legislativas no âmbito das matérias de recursos humanos. Mantiveram-se e agudizaram-se as restrições legais ao recrutamento de recursos humanos, à progressão na carreira dos trabalhadores da Administração Pública, às reduções remuneratórias e ao pagamento dos subsídios de férias e de natal.

Efetivamente, em 2014 os funcionários públicos estiveram sujeitos a três regimes salariais, considerando as várias alterações legislativas que ocorreram ao longo do ano, destacando-se a reversão da medida de redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2014, a qual vigorou até maio e a aplicação de novos cortes apenas em setembro de 2014.

Em 2014 ocorreu a publicação da nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, diploma que veio revogar e alterar todo o regime jurídico vigente até então, aproximando cada vez mais a legislação do trabalho no setor público ao setor privado.

Os recursos humanos são um dos elementos que influencia a qualidade das atividades académicas e não académicas. Nesse sentido, o IPEiria propôs-se desenvolver ações para, por um lado, melhorar a capacidade científica e pedagógica dos docentes e, por outro lado, melhorar a formação dos colaboradores técnicos e administrativos, tendo em vista a progressão na carreira, o sucesso profissional e o desenvolvimento pessoal.

Assim, em 2014, as diversas unidades orgânicas do IPEiria (Escolas, SAPE, UED, CTC) promoveram ações de formação abrangendo variadas áreas, sendo que o SAPE privilegiou as questões de natureza pedagógica, a UED deu particular enfoque às questões da educação a distância, o CTC a ações que aproximem os docentes da realidade do mercado de trabalho, com a realização de projetos, prestações de serviços e visitas regulares a empresas e outras instituições, ou ainda por meio da participação em eventos científicos, nacionais e internacionais.

No âmbito do plano de formação para o ano de 2014 destaca-se o início do Programa de Formação Contínua de Aprendizagem da Língua Inglesa, que contou nesta primeira edição com cerca de 350 formandos, docentes e colaboradores técnicos e administrativos, que trabalhou os diversos níveis de conhecimento, distribuída pelos diversos locais geográficos do Instituto. Esta ação reveste-se de importância estratégica para o Instituto, na medida em que a Internacionalização é um objetivo a alcançar, sendo já uma realidade, com oferta formativa em língua inglesa, e em crescimento.

Importa também referir o incentivo ao corpo docente para realização de programas de doutoramento ou obtenção do título de especialista e a criação de condições especiais na formação especializada dos colaboradores técnicos e administrativos (possibilidade de redução da propina ou possibilidade de frequência de pós-graduações), registando-se interesse e adesão, numa iniciativa que serve simultaneamente a motivação e reconhecimento dos colaboradores do IPEiria.

Complementarmente, o IPEiria continuou a promover e incentivar a mobilidade internacional dos seus recursos humanos, conforme já referido num ponto anterior do presente relatório.

O Regulamento da Prestação do Serviço Docente encontra-se em fase final de aprovação, assim como o Regulamento para a Concessão de Títulos Honoríficos no IPEiria. O Regulamento de Assiduidade e dos Horários de Trabalho do Pessoal Não Docente do IPEiria foi aprovado.

Ao nível de atividades de envolvimento institucional, destaque para a iniciativa "O IPL e a cidade juntos pela inclusão", no seguimento da realizada no ano anterior, mas desta vez em colaboração com a Câmara Municipal

de Óbidos, e a 3ª Caminhada Solidária SAS-IPLeiria, em que os participantes são convidados a solidarizar-se, entregando gêneros alimentares, no dia da Caminhada, sendo este o “custo” simbólico da sua inscrição.

No ponto 3. *IPLeiria em Números* (pág. 17 do presente documento) consta o número de recursos humanos afetos ao IPLeiria, assim como a sua evolução nos três últimos anos.

EIXO 5 | Estudantes

A educação e a formação integral de jovens e adultos são centrais na missão do IPLeiria. O Instituto privilegiou o incremento de forma contínua da qualidade da formação e o acompanhamento dos estudantes ao longo do seu percurso académico e na sua inserção na vida ativa, na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento de ações para a sua formação integral como cidadãos (*cf. Quadro 1, p. 21*).

Face ao quadro orçamental dos últimos anos, o IPLeiria viu-se forçado a atualizar o valor das propinas. Contudo, manteve inalterados, mais uma vez, todos os preços dos bens postos à disposição dos seus estudantes, nomeadamente nos bares, cantinas e residências, com exceção das atualizações que decorrem da aplicação da lei.

Passou a canalizar 2% do valor das propinas para o programa FASE® - Fundo de Apoio Social ao Estudante, permitindo desta forma que mais estudantes tenham acesso a este Fundo e não se vejam obrigados a abandonar os seus estudos. O FASE® foi criado em 2011 e entre 2011 e 2014 foi possível conceder o apoio pontual a 135, 161, 206 e 204 estudantes, respetivamente. Apoiou ainda os estudantes que manifestaram dificuldades em efetuar o pagamento da sua propina, assim como apoio médico e psicopedagógico. Criou também condições especiais para os agregados familiares com dois ou mais estudantes na instituição.

Por outro lado, têm sido desenvolvidos todos os esforços para uma análise cada vez mais célere das candidaturas às bolsas de estudo, assim como o estabelecimento de planos alternativos de pagamento de propinas a todos os estudantes que manifestaram dificuldades em cumprir os prazos estabelecidos.

De referir também a prossecução do estabelecimento de protocolos com empresas / entidades da região, de modo a proporcionar condições preferenciais na aquisição de bens e serviços por parte dos estudantes (foram celebradas cerca de duas dezenas de novas parcerias em 2014).

O Instituto fomenta a prática desportiva e proporciona aos seus estudantes as condições necessárias para a prática do desporto: andebol, atletismo, futsal, futebol 11 e hóquei em patins são as modalidades com treinos regulares. Há depois um outro conjunto amplo de modalidades desportivas apoiadas ao nível da competição.

Os resultados alcançados têm sido bastante positivos, com a conquista de diversos títulos desportivos pelos estudantes atletas do IPEleiria.

Sendo uma das entidades consolidadas, o ponto 5.2. *Serviços de Ação Social* descreve a sua atividade no ano em análise com mais algum detalhe.

A relação com os antigos alunos foi aprofundada e reforçada. No final de 2014, encontravam-se registados 2.679 antigos estudantes ou *alumni* das 5 Escolas do IPEleiria na Rede IPEleiri@lumni. Quer isto dizer que ao longo dos quase três anos de existência da Rede IPEleiri@lumni, esta continua a crescer a bom ritmo, procurando dar cumprimento ao lema: “Não desligue! Mantenha-se em Rede!”.

Realça-se, neste contexto, a realização dos “*Dias Alumni*” dinamizados com o objetivo de divulgar a Rede IPEleiri@lumni e promover a partilha de experiências e testemunhos entre antigos e atuais estudantes do IPEleiria (1 dia na ESAD.CR e 2 dias na ESECS), assim como contactar *alumni* que partilhem o seu testemunho com a Rede, mediante um guião de entrevista desenvolvido para o efeito (68 novos testemunhos).

No âmbito das áreas de intervenção do SAPE – apoio psicopedagógico; orientação e acompanhamento pessoal e social; apoio psicológico e orientação vocacional – os principais resultados do ano letivo 2013/2014 indicam: total de 79 estudantes certificados com Programas de Formação de Competências Transversais em todos os *campi* do IPEleiria; 118 estudantes certificados em Programas de formação de competências para o 1º ano; 83 assistiram a seminários e ações diversas de curta duração; operacionalizados Planos de Recuperação e Intervenção para Estudantes em Risco de Abandono Escolar e Trabalhadores-Estudantes, bem como para Estudantes com Necessidades Educativas Especiais; 1.874 atendimentos em consulta psicológica, em todas as Escolas.

Cabe às instituições de ensino superior, no cumprimento da sua missão de formação, capacitar e estimular as iniciativas empreendedoras dos seus estudantes, estimulando futuras criações de empresas que venham a gerar emprego e desenvolvimento económico. Efetivamente, a empregabilidade e empreendedorismo são aspetos que continuam a ter uma atenção especial por parte do IPEleiria, pelo que ao longo do ano são realizadas diversas ações de divulgação, formação e acompanhamento de projetos/ideias de negócio/planos de negócio (*coaching*).

Através do papel desempenhado pelos serviços da Bolsa de Emprego e Gabinetes de Saídas Profissionais das Escolas e CTC/IPEleiria, o IPEleiria promove ativamente uma cultura de empreendedorismo junto dos seus estudantes. No ano de 2014, registaram-se na Bolsa de Emprego 3.762 novos estudantes, 298 novas empresas, e foram realizadas 676 divulgações de ofertas de emprego/estágio profissional. Por sua vez, o CTC dinamizou um conjunto de workshops/seminários/cursos junto dos estudantes de estímulo de atitudes empreendedoras,

fez o acompanhamento de projetos/ideias/planos de negócio, promoveu contactos com empresas visando a divulgação do portfólio e a identificação de oportunidades.

Em complemento, no âmbito dos cursos de licenciatura das 5 Escolas, são dinamizadas anualmente aulas abertas e workshops temáticos realizados por especialistas, visitas de estudo a empresas, saídas de campo e projetos curriculares com empresas, visando disponibilizar conhecimentos aos estudantes sobre o funcionamento das entidades e do próprio mercado de trabalho. Acresce ainda as dezenas de protocolos estabelecidos no âmbito dos estágios curriculares.

Neste âmbito, é ainda de referir, por um lado, a participação em 3 feiras nacionais de referência (Qualifica, Porto; Futurália, Lisboa; V Fórum Emprego e Formação, Leiria), por outro lado, a participação do Instituto nas 3 incubadoras de empresas da região (na Incubadora D. Dinis em Leiria, na OPEN - Oportunidades Específicas de Negócio em Marinha Grande, e na ABC - Apoio de Base à Criatividade em Óbidos), a participação como fundador promotor da Associação CCD – Centro de Competências D. Dinis (comercialmente designada por D. Dinis Business School), a participação como sócio fundador da OBITEC - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia (gere a incubadora do Parque Tecnológico de Óbidos).

Sobre a questão da empregabilidade, tendo por base as estatísticas “*A Procura de Emprego dos Diplomados com Habilitação Superior*”, da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), o IPLeiria elabora e divulga relatórios de análise da taxa de empregabilidade de cada um dos seus cursos de 1.º ciclo.

Ainda dentro desta temática é de realçar que o IPLeiria integrou o Consórcio Maior Empregabilidade (constituído por diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, e a Fórum Estudante) tendo participado nos 2 estudos realizados: “*Preparados para Trabalhar?*”; “*Novos Mercados de Trabalho e Novas Profissões: Estudo prospetivo*”.

EIXO 6 | Valorização e desenvolvimento regional

O eixo dedicado à valorização e desenvolvimento regional justifica-se pela intensificação do papel do IPLeiria como fator de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais e pelo maior envolvimento do IPLeiria com a comunidade, na dinamização dos vários domínios da ciência, da cultura e das artes (cf. *Quadro 1, p. 21*).

A interação com a sociedade e os seus agentes económicos, sociais e culturais, representa um vetor muito importante e um comprometimento social do Instituto. No âmbito das suas atividades, o IPLeiria relaciona-se com diversas entidades, entre as quais se destacam: escolas do ensino básico e secundário, empresas e demais entidades empregadoras, ordens profissionais, instituições de ensino superior e outras de natureza regional ou

nacional. Esta colaboração ativa com o exterior constitui uma das formas de reforçar o papel do IPEiria como fator de coesão de identidade e do desenvolvimento regionais.

O Instituto está hoje dotado de capacidade instalada para poder intervir em quase todas as áreas aplicadas do saber de que a região e o país necessitam, nomeadamente: prestação de serviços em duas áreas fundamentais, a formação e a investigação; organização de iniciativas abertas ao exterior, ou tendo como destinatário o grande público; parcerias com a sociedade civil, visando o desenvolvimento de projetos de investigação, de estudos, de estágios, de formação à medida, envolvendo os seus docentes e estudantes.

Este envolvimento com a região onde se insere é reforçado por uma representatividade regional nos seus órgãos de gestão e, reciprocamente, pela integração nos vários órgãos das entidades regionais.

Efetivamente, o Instituto tem procurado desenvolver parcerias estratégicas com núcleos empresariais, nomeadamente com a NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria e a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes, como é exemplo o protocolo IPL – Indústria. Numa primeira fase, o protocolo centra-se na parceria entre as empresas e a ESTG/IPEiria, sendo objetivo a curto prazo, estendê-lo às restantes Escolas do IPEiria, adequando à especialização de cada uma. O II Encontro IPL – Indústria realizou-se em 2014 e incluiu um balanço do primeiro ano do protocolo de cooperação e das atividades realizadas entre estas entidades.

Em conjunto com a Fórum Estudante, organizou a primeira semana temática *Leiria In – Semana da Indústria* (julho) na região de Leiria, oferecendo a 50 jovens de dez distritos do país um conjunto diversificado de atividades em torno da Indústria e das suas potencialidades. Visitas a empresas e indústrias locais e regionais, workshops e oficinas práticas, e experiências culturais, foram algumas das iniciativas que integraram este evento.

Resultado de uma parceria entre Fórum Estudante, Câmara Municipal de Peniche e ESTM/IPEiria ocorreu a 5ª edição da Semana Tanto Mar. São seis dias de aventura para 50 jovens do secundário de todo o país, em que vão aprender, conviver e divertir-se num conjunto de atividades muito variadas, em torno do mar e das suas potencialidades.

Em 2014, foram celebrados cerca de 130 acordos/protocolos com entidades externas nacionais, abrangendo domínios como o ensino, a investigação, os estágios, a atribuição de título de especialista, aos quais acrescem 19 protocolos visando a obtenção de condições preferenciais para a comunidade académica do IPEiria.

O IPEiria promoveu a receção de delegações/individualidades nacionais às suas infraestruturas, assim como também organizou visitas a diversas entidades nacionais.

Por outro lado, e como forma de divulgar a Instituição, o seu trabalho e a sua oferta formativa nas diferentes áreas que abrange, o IPEiria participou em feiras e certames de educação e ensino superior (de âmbito local, regional, nacional e internacional), promoveu o diálogo com as escolas secundárias e profissionais da região, organizou visitas de estudo e dias abertos aos seus *campi*, academias de verão para jovens, atividades no âmbito do Programa Ciência Viva. Promoveu também inúmeros eventos culturais e inclusivos.

Em síntese, o IPEiria é hoje um parceiro natural da região em matéria de formação, inovação e investigação e prestação de serviços à comunidade, não só na vertente industrial e empresarial mas também em áreas como a cultura e a qualidade de vida.

EIXO 7 | Organização e gestão

No domínio da organização e gestão, o objetivo principal consiste na melhoria do modelo de gestão adotado baseado na eficácia dos fluxos de informação e comunicação interna e externa, que permita a utilização eficaz, sustentada e eficiente dos recursos disponíveis e que facilite o envolvimento das pessoas (*cf. Quadro 1, p. 21*).

Não obstante a redução do financiamento do Estado às instituições de ensino superior, seja por via direta ou por via indireta, que tem vindo a ser feita nos últimos anos, o IPEiria canalizou esforços para prosseguir o seu caminho na oferta de formação de qualidade e na produção de conhecimento científico, mantendo uma gestão orçamental rigorosa ao longo do ano, reforçando a procura constante de novas fontes de financiamento capazes de gerar receitas próprias.

No contexto da boa governação, em 2014, o IPEiria voltou a optar pelo encerramento de Escolas/Serviços no período de férias de verão (agosto), continuou a desenvolver o (futuro) sistema de apoio à decisão baseado em indicadores, elaborou e aprovou o Plano de Gestão de Riscos para os anos de 2014 e 2015, executou o projeto “Atende@IPEiria - Atendimento Qualificado no Instituto Politécnico de Leiria” aprovado pelo SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, realizou auditorias internas aos serviços como forma de promover uma melhoria no desempenho dos procedimentos em uso e avaliação do sistema de controlo interno.

Em termos das ações de promoção das principais valências do Instituto com o objetivo de contribuir positivamente para a consolidação da sua imagem e reputação e captação de novos públicos, em 2014 deu-se continuidade à organização de um conjunto de ações já consolidadas: campanhas de divulgação da oferta formativa; gestão da participação na imprensa generalista e especializada; manutenção do contacto regular com os *media*; atualização dos conteúdos da página *web* e gestão das redes sociais; participação em feiras e exposições escolares e de orientação profissional; organização dos “Dias Abertos” nas diferentes unidades orgânicas; organização de visitas de estudo de escolas secundárias e profissionais ao IPEiria.

A qualidade tem sido uma preocupação do IPEiria, na medida em que se considera que avaliar a qualidade do que se faz é uma forma de melhorar o serviço prestado. O Manual de Apoio ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade do IPEiria, aprovado em 2013, foi objeto de revisão em 2014, no sentido de proceder a uma melhor clarificação de alguns procedimentos e à atualização de práticas entretanto implementadas ou reformuladas. No curto prazo, o IPEiria pretende a sua submissão à acreditação por parte da A3ES.

Informações Complementares

Em síntese, o IPEiria fez todos os esforços para cumprir com a maioria dos objetivos que tinha delineado no plano de atividades 2014. Paralelamente, e sempre que tal se revelou adequado ao crescimento e afirmação do IPEiria, foram desenvolvidas atividades “extraplano”, tendo em consideração os recursos humanos e financeiros disponíveis em cada momento.

A situação que o país atravessou nos últimos anos teve inevitáveis reflexos sobre o ensino superior, designadamente ao nível da diminuição do financiamento do Estado às instituições de ensino superior. Face a esta redução das disponibilidades orçamentais dos últimos anos, o ano de 2014 revelou-se um desafio para o IPEiria, na medida em que para cumprir a sua missão teve de intensificar o já elevado esforço de contenção orçamental, de efetuar despesa de uma forma ainda mais racional e eficiente e de reunir esforços para aumentar a diversidade de fontes de financiamento

5.2. SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Atividades | 2014

Os Serviços de Ação Social definiram, para o ano de 2014, os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforçar a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente daqueles que promovam o bem-estar, sucesso escolar e a formação integral dos estudantes;
- Simplificar e normalizar procedimentos, visando uma gestão pela qualidade;
- Fomentar a convivência entre a comunidade académica do IPEiria;
- Promover a imagem dos Serviços de Ação Social, contribuindo para aumentar a capacidade da Instituição para captar estudantes.

Apresenta-se de seguida, ainda que de forma sucinta, informação relativa ao tipo de atividades promovidas pelos Serviços de Ação Social, no ano em apreço, em benefício dos estudantes.

Estes Serviços procuraram estimular a adoção de hábitos saudáveis, promovendo uma alimentação equilibrada, a prática desportiva, o respeito ambiental e o desenvolvimento integral dos estudantes. Efetuaram

diligências para envolver os estudantes em atividades de melhoria contínua dos serviços (Comissões de Utilizadores, Comissões de Residentes), bem como para o desenvolvimento de iniciativas culturais, desportivas e de solidariedade.

Os Serviços de Ação Social mantiveram o seu critério de financiamento às atividades das Associações de Estudantes das Escolas Superiores do Instituto, do G-Tal – Grupo de Teatro Académico do IPLeiria, da produção de espetáculos culturais, de atividades de integração e de atividades de formação para a cidadania.

Contribuir para o reforço de competências dos Recursos Humanos, bem como para a motivação dos colaboradores, ministrando formação, constituiu também objetivo destes Serviços de Ação Social. Nesta medida, todos os colaboradores frequentaram ações de formação, certificadas, sob a temática da *Comunicação Organizacional*, bem como da *Comunicação, Acolhimento e Motivação*, ministradas por formadores internos, devidamente acreditados. Foram ainda criadas condições para que todos os colaboradores frequentassem aulas de formação em Inglês, promovidas pelo Instituto Politécnico de Leiria, assim como assegurada formação específica às colaboradoras que exercem funções nas unidades alimentares.

Os Serviços de Ação Social investiram ainda 67.643,07€ na manutenção e conservação de bens e edifícios e 12.306,49€ na aquisição de novos equipamentos, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Setor de Apoio Financeiro/Apoio ao Estudante

Nos últimos quatro anos letivos, o número de candidatos a bolsa de estudo tem vindo a decrescer. Já o número de estudantes bolseiros registou também uma tendência decrescente nos anos letivos de 2011/2012 e 2012/2013, mas crescente (7%) no ano letivo de 2013/2014, quando comparado com o período homólogo do ano letivo anterior, conforme informação constante do quadro que se segue.

Ano letivo	N.º de candidaturas a bolsa de estudo (2)	N.º de bolsas de estudo atribuídas (1)	% bolsas atribuídas (1)/(2)
2010/2011	4.364	3.110	71%
2011/2012	3.874	2.375	61%
2012/2013	3.651	2.381	65%
2013/2014	3.500	2.505	72%

É de referir que o aumento do número de estudantes bolseiros no ano letivo 2013/2014 se deveu essencialmente à alteração do Regulamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, por aplicação do Despacho n.º 627/2014, de 14 de janeiro, permitindo conceder bolsa de estudo a

estudantes cujos pais ou outros elementos do agregado familiar não tenham a situação tributária ou contributiva regularizada.

No ano de 2014, foram atribuídas bolsas de estudo no montante total, aproximadamente, 5.591.230€. Este valor contempla o pagamento de apoios sociais diretos relativos a:

- 2012/2014 Cursos de Especialização Tecnológica, edição 2012/2014 (novembro de 2012 a junho de 2014).
- 2012/2013 Enfermagem do 2.º semestre e mestrados (março de 2013 a janeiro de 2014, última prestação paga em janeiro de 2014).
- 2013/2014 Janeiro a junho de 2014.
- 2014/2015 Setembro a dezembro de 2014.

O pagamento destas bolsas é da responsabilidade do Estado, através da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), após tratamento de dados por parte destes Serviços de Ação Social.

O valor médio da bolsa de estudo, sem complementos, atribuída no ano letivo de 2013/2014 foi de 2.074€, valor inferior em 11,14€ ao valor apurado no ano letivo anterior.

Foram ainda concedidos auxílios de emergência, de natureza excecional, face a situações económicas especialmente graves, bem como apoios aos estudantes com necessidades educativas especiais.

Foi reforçado o apoio concedido através do FASE® - Fundo de Apoio Social aos Estudantes do Instituto Politécnico de Leiria. A este fundo, gerido por estes Serviços de Ação Social, foram afetados 2% do valor das propinas a partir do ano letivo 2014/2015. Beneficiaram deste apoio 204 estudantes, que colaboraram, de forma voluntária, em diversas Unidades Orgânicas e Serviços do Instituto, mediante uma retribuição pecuniária ou em espécie, o que representou um encargo anual próximo dos 189.500€. Este apoio permitiu que os estudantes beneficiários prosseguissem com normalidade o seu percurso académico, tendo-se, desta forma, combatido eficazmente parte significativa do abandono escolar.

Foram implementadas medidas no sentido de agilizar a divulgação dos resultados das candidaturas aos benefícios sociais; a desmaterialização da documentação necessária à apresentação de candidatura a benefícios sociais; e a melhoria do sistema de comunicação com os estudantes, facilitando a colocação de questões e a prestação de esclarecimentos. Apoiou-se também, de forma personalizada, os estudantes, quer na instrução dos processos de candidatura a apoios sociais diretos (bolsa de estudo, alojamento, Programa FASE®), quer na obtenção de outros apoios indiretos (alimentação, cuidados de saúde, entre outros) e adotadas medidas que permitissem um conhecimento mais individualizado e humanizado dos nossos estudantes candidatos a bolsa de estudo ou a pedidos de auxílios de emergência, designadamente através da realização de entrevistas, de visitas domiciliárias e/ou de outras diligências complementares consideradas pertinentes para fundamentar a candidatura.

Setor de Alojamento

Os Serviços de Ação Social gerem igualmente oito Residências de Estudantes – quatro em Leiria (três femininas e uma masculina), duas em Caldas da Rainha (uma feminina e uma masculina) e duas em Peniche (mistas). Em Leiria, dispõem ainda da Pousadinha José Saramago, destinada a alojamento casual de professores e convidados do IPLeiria.

No total, existe capacidade para alojar 740 estudantes em quartos duplos e individuais. Em todas as Residências de Estudantes estão disponíveis quartos adequados ao acolhimento de estudantes com deficiência.

Não considerando a Pousadinha José Saramago (capacidade para 40 pessoas), as taxas de ocupação das Residências de Estudantes, a 31 de dezembro de 2014, foram as seguintes:

Residência	Localidade	Capacidade	% Ocupação
Afonso Lopes Vieira	Leiria	99	99%
Eça Queiroz	Leiria	109	100%
Francisco Rodrigues Lobo	Leiria	117	97%
José Saramago	Leiria	60	100%
Mestre António Duarte	Caldas da Rainha	107	82%
Rafael Bordalo Pinheiro	Caldas da Rainha	115	89%
Residência de Estudantes	Peniche	45	98%
Hotel - Escola do IPLeiria	Peniche	48	96%
Total Geral		700	94%

Setor de Alimentação

Os Serviços de Ação Social do IPLeiria proporcionam o acesso a um serviço de refeições diversificado e equilibrado a nível nutricional, a preços sociais, nas suas unidades alimentares – 5 cantinas, 2 restaurantes, 1 snack-bar e 8 bares – distribuídas pelos 4 *campi* do IPLeiria.

Foram servidas, ao longo do ano, 337.712 refeições nas unidades alimentares. Destas, 269.671 foram fornecidas nas 5 cantinas e as restantes 68.041 nos restaurantes e *Snack-bar* dos *Campi* 1 e 2.

Os Serviços de Ação Social envolveram igualmente os estudantes em atividades de melhoria contínua dos serviços, tendo sido promovidas, e realizadas, reuniões com as Comissões de Utilizadores das unidades alimentares.

Foram também dinamizadas diversas ações de sensibilização para a aquisição de senhas pré-compradas, para permitir um melhor planeamento das refeições e por se considerar ser o método economicamente mais vantajoso para os estudantes. Continuou a investir-se igualmente na criação de espaços alternativos às

cantinas e bares, destinados a estudantes que optem por refeições confeccionadas pelos próprios, fornecendo equipamento e mobiliário específico.

Atendeu-se ainda a pedidos do Instituto e das suas Unidades e Serviços para o fornecimento de serviços de alimentação no âmbito de jornadas, conferências, dias abertos, semanas internacionais, entre outros.

Setor de Saúde

A saúde dos estudantes tem merecido também uma especial atenção por parte dos Serviços de Ação Social. Estes Serviços asseguraram cuidados de saúde, disponibilizando, nos seus Serviços Médicos, a custos reduzidos, apoio em áreas específicas como as de diagnóstico e prevenção, mediante as especialidades de Clínica Geral, Ginecologia / Planeamento Familiar, Medicina Dentária, Medicina Desportiva, Medicina do Trabalho e Oftalmologia.

Ao longo de 2014, foram asseguradas, no total, 1.895 consultas à comunidade académica do IPEiria, das quais 30,92% são de Medicina do Trabalho. Acima de uma centena e meia de estudantes (7,97%) recorreu à consulta de Medicina Desportiva, obrigatória para os estudantes-atletas, a fim de atestar da inexistência de quaisquer contraindicações para a prática de atividade física.

Setor das Atividades Desportivas e Culturais

Os Serviços de Ação Social procuraram, ao longo do ano, incentivar os estudantes à prática desportiva de modalidades diversificadas, em contexto de lazer e de competição, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Foram garantidos treinos regulares nas seguintes modalidades desportivas: andebol, atletismo, basquetebol, futebol 11, futsal e, a partir do primeiro semestre do ano letivo 2014/2015, também de rugby 7. Foi igualmente concedido apoio, em contexto competitivo às modalidades de badminton, bodyboard, BTT, canoagem, escalada, judo, karaté, karting, kickboxing, natação, orientação, surf, snowboard, taekwondo, ténis, ténis de mesa e triatlo. Participaram nas modalidades desportivas 375 estudantes-atletas, dos quais 228 representaram o IPEiria em competição.

No ano de 2014, foram conquistados diversos títulos pelos estudantes atletas do IPEiria, designadamente 12 de Campeão Nacional Universitário e 6 de Vice-Campeão Nacional Universitário. A equipa de andebol feminino esteve em representação de Portugal e da Instituição no EUSA GAMES 2014, decorrido na cidade de Roterdão, na Holanda. Os estudantes-atletas, Mariama Sanó e Gizelle Vieira (andebol feminino), Ana Carolina Costa e Ana Carolina Sérvolo (futsal feminino) e Francisco Calado (futsal masculino), representaram Portugal, nos

Campeonatos Mundiais Universitários das modalidades que praticam, decorridos em Portugal e Espanha. De notar ainda que foram alcançados dois recordes nacionais universitários, ambos em atletismo, em pista ao ar livre, designadamente: 10.000m marcha femininos e 5.000m planos masculinos.

Os Serviços de Ação Social procuraram ainda, ao longo do ano, estimular a convivência entre a comunidade académica do IPEleiria, promovendo a participação de estudantes de todas as nossas Escolas em atividades culturais, desportivas e de apoio a causas sociais. Nesta medida, referimos, a título de exemplo, a organização do II Torneio Interescolas Feminino que contou com estudantes de todas as Escolas do Instituto e da III Caminhada Solidária SAS-IPEleiria que permitiu apoiar, de forma solidária, uma Instituição Pública de Solidariedade Social.

Informações Complementares

Consideramos que os objetivos definidos pelos Serviços de Ação Social para o ano de 2014 foram cumpridos. Face à realidade económica e social que o País atravessa, têm estes Serviços vindo a reajustar, na medida do possível, as políticas de ação social, adotando medidas inovadoras, com o intuito de apoiar, de forma eficiente e eficaz, a comunidade estudantil do Politécnico de Leiria. Estes Serviços procuraram, ao longo do ano, atender também os pedidos formulados pelas diversas Unidades Orgânicas e Serviços do IPEleiria. Diligenciaram no sentido da promoção de um serviço de qualidade investindo em equipamentos e ministrando aos colaboradores formação certificada. Foram ainda efetuadas diligências para celebrar parcerias com empresas / entidades da região, para permitir condições preferenciais, na aquisição de bens e serviços, a toda a comunidade académica do IPEleiria.

6. ANÁLISE À SITUAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

6.1. SÍNTESE DE CONTAS CONSOLIDADAS | 2014

Dando cumprimento à legislação em vigor, elaborou-se o presente Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2014, no qual se apresenta o Grupo Público IPLeiria, se descrevem as principais atividades desenvolvidas no ano pelas várias entidades que integram o perímetro de consolidação e se analisa o seu desempenho em termos económicos e financeiros.

As demonstrações financeiras individuais foram objeto de auditoria por entidade externa e de certificação legal por Revisor Oficial de Contas.

A informação deste Relatório é pormenorizada, e corresponde aos conteúdos disponibilizados nos Relatórios de Gestão do exercício de 2014 do IPLeiria e dos SAS, após os ajustamentos de consolidação evidenciados nos quadros seguintes:

Quadro 2 | Síntese do balanço por entidade incluída na consolidação

Unidade: euros					
Balanço	IPL	SAS	Ajustamentos	Anulações	Total consolidado
Ativo líquido					
Imobilizações incorpóreas	2.961.407	-	-	-	2.961.407
Imobilizações corpóreas	68.218.782	18.939.286	-	-	87.158.068
Investimentos financeiros	228.996	-	-	-	228.996
Existências		27.874	-	-	27.874
Dívidas de terceiros-curto prazo	2.459.711	77.264	-388	-683	2.535.905
Dep. instituições financeiras e caixa	461.667	36.257	-	-	497.923
Acréscimos e diferimentos	4.920.005	103.917	-	-	5.023.921
Total do ativo	79.250.568	19.184.598	-388	-683	98.434.095
Fundos próprios e passivo					
Património	2.717.298	436.187	-	-	3.153.485
Reservas	15.557.043	4.259.383			19.816.426
Resultados transitados	3.955.693	5.415	-121	898.930	4.859.916
Resultado líquido do exercício	-216.513	-58.117	-439	-12.609	-287.678
Provisões para riscos e encargos	246.605	-	-	-	246.605
Dívidas a terceiros — curto prazo	1.588.431	45.956	173	-683	1.633.878
Acréscimos e diferimentos	55.402.011	14.495.774	-	-886.321	69.011.464
Total dos fundos próprios e passivo	79.250.568	19.184.598	-388	-683	98.434.095

Fonte: Balanço individual das entidades incluídas na consolidação

Quadro 3 | Síntese da demonstração de resultados por entidade incluída na consolidação

Demonstração de Resultados	Unidade: euros				
	IPL	SAS	Anulações	Anulações	Total consolidado
Custos e perdas					
CMVMC	-	914.935	-	-	914.935
FSE	4.871.498	642.887	52	-66.330	5.448.107
Custos com o pessoal	33.026.115	1.564.671	-	-	34.590.785
Transferências correntes	1.128.061	228.380	-	-68.869	1.287.573
Amortizações e Provisões	2.604.155	312.807	-	-	2.916.962
Outros custos operacionais	10.400	-	-	-	10.400
Custos e perdas financeiros	55.135	1.005	-	-	56.139
Custos e perdas extraordinários	71.991	670	-	-	72.661
Total dos custos e perdas	41.767.354	3.665.355	52	-135.199	45.297.563
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços	1.012.758	2.368.348	-360	-71.215	3.309.531
Impostos e taxas	10.505.191	-	-	-	10.505.191
Proveitos suplementares	79.093	-	-28	-561	78.504
Transferências correntes	27.873.633	993.636	-	-63.422	28.803.847
Outros proveitos operacionais	-	-	-	-	0
Proveitos e ganhos financeiros	92	35	-	-	127
Proveitos e ganhos extraordinários	2.080.074	245.219	-	-12.609	2.312.684
Total dos proveitos e ganhos	41.550.842	3.607.238	-388	-147.807	45.009.884
Resultados Operacionais	-2.169.554	-301.696	-439	-0	-2.471.689
Resultados Financeiros	-55.042	-970	-	-	-56.012
Resultados Extraordinários	2.008.083	244.548	-	-12.609	2.240.023
Resultados Líquidos do exercício	-216.513	-58.117	-439	-12.609	-287.678

Fonte: Demonstração de resultados individual das entidades incluídas na consolidação

6.2. BALANÇO CONSOLIDADO

O perímetro de consolidação integra as contas do IPLeia e dos SAS.

No ano de 2013 acentuou-se a aplicação do princípio da especialização nos termos da alínea d) do ponto 3 do POC-Educação, através da alteração de políticas no procedimento do reconhecimento de proveitos relativos às transferências do OE, que irão suportar o pagamento das férias e subsídio de férias contabilizados como acréscimo de custo.

Em 2014, dando sequência a este processo de melhoria da especialização dos exercícios, foram especializados proveitos referentes a subsídios, relativos a projetos comunitários, que ainda não foram recebidos, mas cujas despesas associadas já ocorreram.

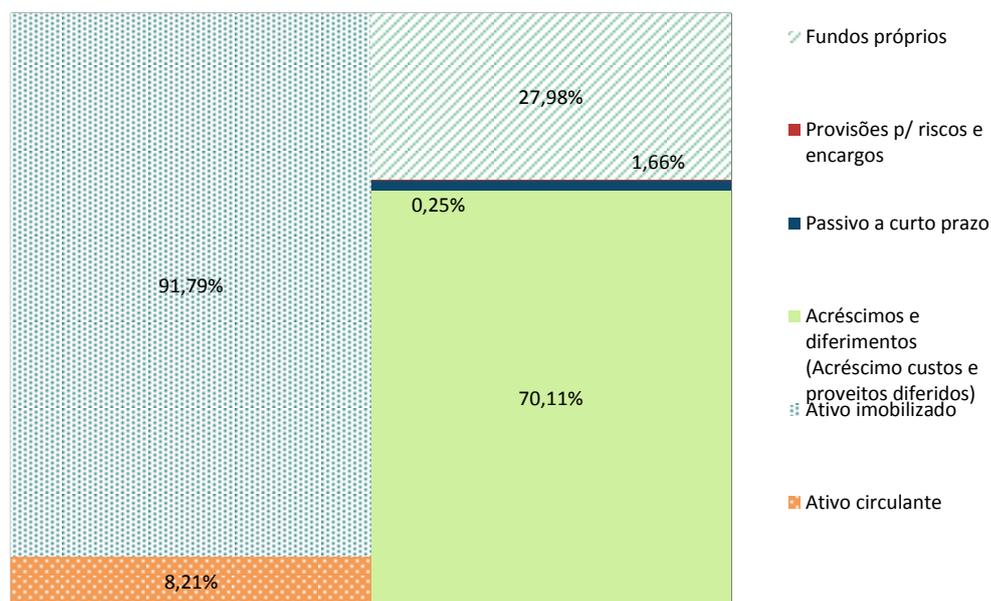
Por via destes movimentos a estrutura do balanço consolidado sofre algumas alterações.

Resumidamente, a análise ao balanço do grupo IPLeia, à data de 31 de dezembro de 2014, permite concluir que o ativo líquido ascendeu a 98,43 milhões de euros (cfr. Balanço), estando suportado por fundos próprios em 27,98% (27,54 milhões de euros), valor que traduz uma adequada autonomia financeira.

O passivo representado por provisões para riscos e encargos, dívidas a terceiros de curto prazo e acréscimos de custos, representa cerca de 7% do total do balanço e ascendeu a 6,97 milhões de euros; os proveitos diferidos de 63,92 milhões de euros representam cerca de 65% do balanço e correspondem a financiamentos obtidos para investimento os quais, em respeito às normas contabilísticas vigentes, são reconhecidos como proveitos em anos futuros incorporando os resultados líquidos e os fundos próprios na proporção das amortizações dos bens adquiridos.

Esquemáticamente a estrutura patrimonial no final do exercício de 2014 era a constante no Gráfico 1.

Gráfico 1 | Estrutura do balanço consolidado



Fonte: Balanço Consolidado

6.2.1. ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO

O quadro seguinte evidencia os valores das várias componentes do ativo líquido, para o ano de 2014, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2013:

Quadro 4 | Composição do ativo líquido

Ativo Líquido	unidade: euros			
	2014	Estrutura	2013	Δ 2014/2013
Imobilizações incorpóreas	2.961.407	3,01%	2.998.702	-37.296
Imobilizações corpóreas	87.158.068	88,54%	85.126.859	2.031.209
Investimentos financeiros	228.996	0,23%	228.996	0
Existências	27.874	0,03%	29.265	-1.390
Dívidas de terceiros — Curto prazo	2.535.905	2,58%	2.304.616	231.288
Depósitos em instituições financeiras e caixa	497.923	0,51%	194.864	303.059
Acréscimos e diferimentos	5.023.921	5,10%	3.617.369	1.406.552
Total	98.434.095	100,00%	94.500.673	3.933.422

Fonte: Balanço consolidado

No ano de 2014, o ativo líquido do grupo Ipleiria ascendeu 98.434.095€, o que representa um acréscimo de 4,16% em relação a 2013, motivado essencialmente pelo incremento nas imobilizações corpóreas e nos acréscimos e diferimento. Verifica-se, ainda, um aumento das dívidas de terceiros e das disponibilidades. Inversamente diminuem as imobilizações incorpóreas e as existências, face aos valores de 2013.

As imobilizações corpóreas aumentam, em 2014, 2.031.209€ pois verifica-se que as aquisições do ano são superiores aos valores amortizados, dando origem a uma variação patrimonial positiva, situação que ocorre apenas por via do imobilizado em curso, que atinge o valor de 4.651.393€.

Os acréscimos e diferimentos do ativo líquido, mais concretamente os acréscimos de proveitos, na componente de subsídios ao investimento e à exploração, aumentam, dado que foi efetuado o reconhecimento de transferências a receber para compensar custos suportados no exercício. Verifica-se, na sequência de recomendações, uma alteração de política contabilística nesta matéria, que melhor conduz à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados.

Ativo Fixo

O ativo fixo, que integra as imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, ascendeu a 90.348.471€ e representa cerca de 92% do ativo (Quadro 4). Pela desagregação das contas (cfr. Balanço) verificamos que:

- O ativo incorpóreo integra os valores registados em despesas de investigação e desenvolvimento, e em propriedade industrial e outros direitos, que incorporam as patentes e os direitos de superfície, que não estão a ser sujeitos a amortização. As patentes não estão sujeitas a amortização nos termos do CIBE, e a não amortização dos direitos de superfície resulta do facto de os contratos incluírem cláusulas de renovação automática ou não ser expectável a sua rescisão. A diminuição ocorrida resulta

da regularização de pedidos de patente não concedidos, reconhecendo-se que não existe o ativo associado.

- O ativo fixo corpóreo, que integra os imobilizados tangíveis móveis ou imóveis que a entidade utiliza na sua atividade operacional, representa cerca de 89% do ativo líquido, evidenciando o peso do património do grupo IPEiria. As rubricas com maior significado no imobilizado corpóreo são os edifícios e outras construções, os terrenos e o equipamento e material básico (cfr. Balanço). As imobilizações corpóreas registam um acréscimo de 2,39%¹, não obstante a diminuição significativa do valor líquido contabilístico dos edifícios e outras construções por via das amortizações.
- Os investimentos financeiros totalizam 228.996€, não registando variação face ao ano anterior e representam a totalidade das participações detidas pelo IPEiria (vide ponto III.13 do anexo à demonstração financeiras consolidadas).

Ativo Circulante

O ativo circulante (que integra existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos) totaliza 8.085.624€, regista um acréscimo de 1.939.509€ o que traduz a uma variação positiva superior a 31%.

Nesta componente do ativo verifica-se:

- Que os Serviços de Ação Social apuraram as existências a 31 de dezembro, as quais totalizam 27.874€, e foram valorizadas ao custo de aquisição;
- Que as dívidas de terceiros no montante de 2.535.905€, evidenciam um aumento face ao período homólogo de 10,04% (231.288€), variação explicada pelo acréscimo das dívidas de estudantes e de outros devedores² em 409.057€, pelo aumento de créditos sobre o Estado em 11.029€ e, em sentido inverso, pela diminuição em 189.075€ das dívidas de clientes,
- Que as disponibilidades, líquidas dos pagamentos efetuados no período complementar³, totalizam 497.923€, encontram-se disponíveis em caixa, depósitos à ordem no tesouro (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP) e em Instituições Financeiras (CGD, BPI e Montepio), valores que representam 0,51% do ativo líquido.
- Que os acréscimos e diferimentos ativos, que totalizam 5.023.921€, referem-se a acréscimos de proveitos de serviços prestados e não faturados no ano a que respeitam (88.154€), a transferência a receber do OE (3.545.574€), aos quais se adicionou, em 2014, o diferimento de subsídios não recebidos relativos a projetos comunitários (1.247.641€). A conta integra ainda, os custos diferidos

¹ Em 31 de dezembro o imobilizado em curso incluía 614.936€ referentes a equipamento de investigação e 4.036.456€ em edifícios e outras construções, valores que irão integrar as contas de edifícios, outras construções e equipamentos.

² Rubrica que incorpora essencialmente as dívidas relativas aos contratos de financiamento de projetos cofinanciados.

³ Com a publicação da circular DGO n.º A-1369, de 18 de novembro de 2011, as contas 25 deverão refletir todos os movimentos de disponibilidades, os quais devem coincidir com a execução orçamental no mesmo período.

relativos à especialização económica dos gastos com fornecimentos e serviços externos (142.552€). (vide ponto VII.45 do anexo às demonstração financeiras consolidadas).

6.2.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

O quadro seguinte evidencia os valores das várias componentes dos fundos próprios e passivo, para o ano de 2014, o seu peso relativo e a sua variação face ao ano de 2013:

Quadro 5 | Composição dos fundos próprios e passivo

unidade: euros				
Fundos Próprios e Passivo	2014	Estrutura	2013	Δ 2014/2013
Património	3.153.485	3,20%	3.153.485	0
Reservas	19.816.426	20,13%	19.706.083	110.344
Resultados transitados	4.859.916	4,94%	3.718.192	1.141.724
Resultado líquido do exercício	-287.678	-0,29%	1.233.096	-1.520.774
Total Fundos Próprios	27.542.149	27,98%	27.810.856	-268.707
Provisões para riscos e encargos	246.605	0,25%	252.422	-5.817
Dívidas a terceiros — Curto prazo	1.633.878	1,66%	369.822	1.264.056
Acréscimos e diferimentos	69.011.464	70,11%	66.067.573	2.943.891
Total Passivo	70.891.946	72,02%	66.689.816	4.202.130
Total	98.434.095	100,00%	94.500.673	3.933.422

Fonte: Balanço consolidado

Fundos Próprios

Em 2014, os fundos próprios atingiram o montante de 27.542.149€, representando 27,98% do ativo líquido. A variação ocorrida, para menos em 268.707€, deve-se à evolução negativa do resultado líquido do exercício de 2014, que será analisado mais adiante, em montante superior à variação positiva das reservas e dos resultados transitados do exercício anterior.

A conta património mantém o valor de anos anteriores (3.153.485€) e corresponde ao resultado da quantificação e valorização do património líquido do IPLeiria e SAS em 1 de janeiro de 2002, data da implementação do POC-Educação.

As reservas totalizam 19.816.426€ (Quadro 5) e representam o conjunto dos bens em que o IPLeiria e SAS figuram como entidade beneficiária de cedências de entidades externas ao grupo. A variação ocorrida no

exercício, no montante de 110.344€, resulta da contabilização do conjunto de bens cedidos ao Ipleiria por entidades externas.

Os resultados transitados totalizam 4.859.916€ e apresentam uma variação positiva de 1.141.724€, que integra os registos:

- De transferência dos resultados líquidos do exercício de 2013 do Ipleiria e SAS, pelo montante de 1.233.096€;
- De regularização resultante da utilização do critério Pro-rata no IVA, no montante de 50.053€, considerada como proveito no ano anterior;
- De regularização no montante de 43.072€, de ativos incorpóreos adquiridos (patentes) em exercícios anteriores, relativamente os quais se verificou não existir benefício económico futuro.

Em termos consolidados, e para além destes registos nas contas individuais, influência a variação total dos resultados transitados, os valores ajustados na conta de proveitos diferidos no setor, efetuada no âmbito dos procedimentos de consolidação.

O resultado líquido consolidado de 2014 é de -287.678€, valor que será analisado no ponto destinado à análise da demonstração de resultados consolidada e que reflete o somatório dos resultados das entidades consolidadas com a anulação das operações efetuadas entre as entidades incluídas neste processo.

Passivo

Este Item do balanço ascendeu a 70.891.946€ em 2014 (Quadro 5) e registou um aumento de 4.202.130€ relativamente a 2013. Este acréscimo é essencialmente explicado pela variação positiva ocorrida na conta de acréscimos e diferimentos, nomeadamente na rubrica de proveitos diferidos, mas também pela variação positiva nas dívidas a terceiros e encargos ao Estado. Verifica-se, por outro lado, a redução das provisões para riscos e encargos.

A componente de provisões para riscos e encargos, em 2014, verifica uma atualização de valores face ao ano anterior, apesar disso a variação na conta não é significativa. O reforço nas provisões ocorrido em 2014 corresponde ao montante de risco associado a novos processos judiciais em curso, à estimativa de outros riscos de natureza específica e provável apurada no exercício e à redução, também ocorrida em 2014, referente a acertos relativos à prescrição de créditos laborais e à atualização de valor de processos judiciais em curso.

As dívidas a terceiros totalizam 1.633.878€ (Quadro 5), e a variação ocorre por via das dívidas a fornecedores e ao Estado, verificando-se, pela desagregação das rubricas que:

- Existem dívidas a fornecedores de conta corrente e de imobilizado no montante de 523.349€, relativas a um reduzido número de documentos que não foi pago em 2014, constituído maioritariamente por processos relativos a projetos financiados e a prestações de serviços, cujo financiamento não foi recebido;
- Os encargos ao Estado e outros entes públicos ascendem a 869.969€, e registam o valor do IVA a pagar de apuramentos e diferenças registadas em meses anteriores que ficaram por regularizar (11.442€); contabilizam, ainda, o valor dos descontos sobre remunerações e aquisições de serviços referentes maioritariamente ao mês de dezembro, e pequenas diferenças ocorridas em meses anteriores, num total de 858.527€ (7.942€ de IRS e 850.585€ de outras contribuições, onde se incluem SS e CGA). Este último valor inclui 167.818€ relativos ao acordo de prestações estabelecido com o IGFSS, ao qual correspondem 10 prestações devidas apenas em 2015.
- As dívidas a outros credores totalizam 240.351€, em que 39.828€ correspondem a cauções de fornecedores, 200.271€ a cauções de comandos e garantias bancárias, sendo os restantes 252€ referentes a caução prestada a fornecedores.

Os acréscimos e diferimentos passivos totalizam 69.011.464€, na análise comparada entre 2014 e 2013, evidencia-se um aumento de 2.943.891€, pela sua representatividade nas contas passivas, apresenta-se a decomposição desta rubrica (Quadro 6):

Quadro 6 | Composição dos acréscimos e diferimentos passivos

Passivo Acréscimos e Diferimentos	unidade: euros			
	2014	Estrutura	2013	Δ 2014/2013
Remunerações a liquidar	4.993.834	7,24%	4.703.172	290.661
Outros acréscimos de custos	93.552	0,14%	124.472	-30.920
Total Acréscimos de custo	5.087.385	7,37%	4.827.644	259.741
Subsídios ao investimento	61.588.381	89,24%	59.140.949	2.447.432
Propinas	1.985.841	2,88%	1.871.253	114.587
SalDOS de gerência	0	0,00%	0	0
Outros proveitos diferidos	349.857	0,51%	227.727	122.130
Total Proveitos diferidos	63.924.078	92,63%	61.239.929	2.684.149
Total	69.011.464	100,00%	66.067.573	2.943.891

Fonte: Balanço consolidado

Os acréscimos de custos totalizam 5.087.385€ e apresentam uma variação positiva de 259.741€. Registam a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a liquidar em 2015, referente aos direitos adquiridos por parte do pessoal afeto ao normal funcionamento do grupo IPLeiria, à data de 31 de janeiro de 2015. Os montantes foram apurados considerando as alterações previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que

estabelece os mecanismos de reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão⁴. A aplicação deste normativo implicou um acréscimo na estimativa superior a 265.000€, com impacto direto nos resultados do exercício. Incluem ainda outros acréscimos de custos referentes a fornecimentos e serviços externos (93.552€).

Os proveitos diferidos registam o montante global de 63.924.078€ e refletem uma variação de 2.684.149€. Nesta estrutura, realça-se o elevado peso da componente de subsídios ao investimento que ascendem a 61.588.381€, representando 86,88% do total do passivo. Esta componente refere-se aos montantes recebidos de projetos cofinanciados, destinados a financiar a aquisição de bens de capital e representam o total do ativo líquido financiado. De acordo com o princípio da especialização do exercício, estes financiamentos são diferidos e encontram-se a ser transferidos ao longo dos exercícios para resultados, através do seu reconhecimento como proveito, na proporção, das amortizações.

Em 2014, registaram-se ainda diferimentos de 1.985.841€ de propinas de formação do 1.º e 2.º ciclo⁵, que representam a quota-parte das propinas cobradas em 2014 mas a reconhecer no exercício seguinte, uma vez que o ano letivo não é coincidente com o período da gerência. Com menor expressão (349.857€) verifica-se a existência de outros proveitos diferidos referentes a montantes faturados em 2014, mas cujo serviço será concluído em 2015 e a adiantamentos de projetos cofinanciados, ajustados por via da especialização do exercício.

6.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

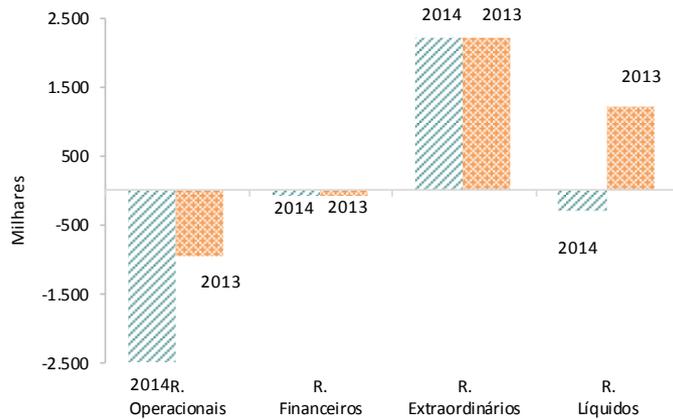
O grupo IPEiria apresenta, em 2014, um resultado líquido do exercício negativo em 287.678€ (cfr. demonstração de resultados consolidada), registando-se uma variação negativa face ao resultado obtido no ano anterior. De facto a diminuição ocorrida nos custos e perdas (-5,08%) foi inferior à diminuição dos proveitos e ganhos (-8,06%), consequência do défice de receitas correntes para suporte da atividade operacional do grupo.

⁴ Designadamente o disposto no seu artigo 4.º, no qual se refere que “A redução remuneratória prevista no artigo 2.º vigora no ano 2014 a partir da data da entrada em vigor da presente lei e no ano seguinte, sendo revertida em 20 % a partir de 1 de janeiro de 2015”.

⁵ As receitas de propinas de mestrados eram reconhecidas como proveito no momento do recebimento. Com o início do ano letivo 2014/2015 esta contabilização foi alterada aplicando-se o princípio da especialização do exercício, adotando-se procedimento idêntico ao já existente nas propinas de 1.º ciclo.

Quadro 7 | Estrutura de resultados consolidados

Resumo da DR	unidade: euros	
	2014	2013
R. Operacionais	-2.471.689	-936.281
R. Financeiros	-56.012	-62.534
R. Extraordinários	2.240.023	2.231.911
R. Líquidos	-287.678	1.233.096



Fonte: Demonstração de resultados consolidada

Resultados Operacionais

Os resultados operacionais negativos de 2.471.689€, continuam a traduzir a situação em que os custos da atividade do grupo IPLeiria não são integralmente suportados por proveitos da atividade; de salientar, no entanto, o facto dos custos operacionais incluírem amortizações do imobilizado no montante de 2.554.772€, e dos proveitos operacionais não incluírem os respetivos subsídios ao investimento, no valor de 1.760.184€, os quais, na estrita aplicação do POC-Educação, integram os resultados extraordinários.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros apresentam um valor idêntico aos anos anteriores, evidenciando uma variação positiva de 6.522€, em consequência da diminuição dos custos desta natureza.

Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários verificam uma variação positiva de 8.112€, originada por um acréscimo dos custos e dos proveitos desta natureza. Os custos aumentam nas restituições e nos acréscimos de provisões e os proveitos nos outros proveitos extraordinários em particular nas correções relativas ao exercício anterior.

6.3.1. ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS

A evolução da estrutura de custos e perdas consolidados entre 2014 e 2013 está representada no Quadro 8 e no Gráfico 2, constatando-se que, em 2014, o grupo IPlleiria, apresenta alterações de redução de custos em praticamente todas as contas.

Quadro 8 | Estrutura de custos e perdas

Custos e Perdas	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas matérias consumidas	914.935	2,02%	1.007.615	2,11%	-92.680	-9,20%
Fornecimentos e serviços externos	5.448.107	12,03%	5.531.487	11,59%	-83.380	-1,51%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.287.573	2,84%	1.229.765	2,58%	57.807	4,70%
Custos com pessoal	34.590.785	76,36%	36.621.194	76,74%	-2.030.409	-5,54%
Outros custos e perdas operacionais	10.400	0,02%	26.788	0,06%	-16.388	-61,18%
Amortizações e provisões do exercício	2.916.962	6,44%	3.182.759	6,67%	-265.796	-8,35%
Total Custos operacionais	45.168.762	99,72%	47.599.608	99,74%	-2.430.847	-5,11%
Custos e perdas financeiros	56.139	0,12%	62.548	0,13%	-6.409	-10,25%
Total Custos financeiros	56.139	0,12%	62.548	0,13%	-6.409	-10,25%
Custos e perdas extraordinários	72.661	0,16%	59.892	0,13%	12.770	21,32%
Total Custos e perdas extraordinárias	72.661	0,16%	59.892	0,13%	12.770	21,32%
Total	45.297.563	100,00%	47.722.048	100,00%	-2.424.485	-5,08%

Fonte: Demonstração de resultados consolidada

No grupo IPlleiria, o total dos custos ascendeu a 45.297.563€ (Quadro 8), o que representam uma diminuição em termos relativos de 5,08%, traduzida em menos custos pelo montante de 2.424.485€. Pela representatividade destacam-se, os custos com pessoal (76,36%), onde se incluem as remunerações e os encargos sociais; os fornecimentos e serviços externos (12,03%) e as amortizações e provisões do exercício (6,44%), valores que globalmente representam cerca de 95% dos custos totais.

Os custos e perdas financeiras bem como os custos e perdas extraordinárias apresentam ligeiras alterações comparativamente com o ano anterior.

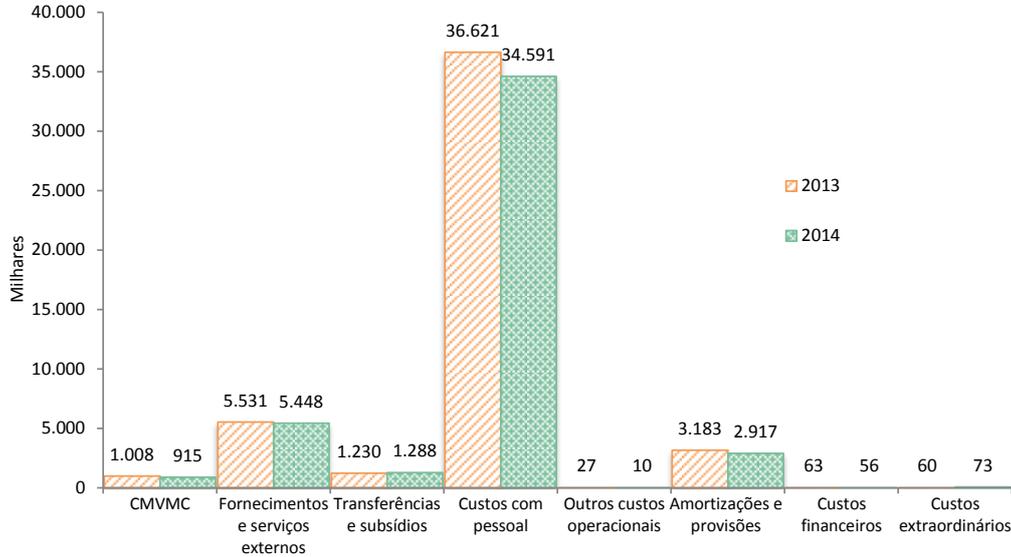
Globalmente, os custos diminuem em 2.424.485€, resultado ainda justificada pelo facto das contas de 2012, não apresentarem, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para esse ano, como acréscimo de custo a estimativa do subsídio de férias a pagar em 2013, originando um aumento destes custos nas contas desse ano, que afeta a comparabilidade com o ano de 2014.

No quadro anterior destacamos ainda a diminuição dos custos com amortizações e provisões do exercício, em resultado da contração do ativo corpóreo, e da diminuição ocorrida na constituição de novas provisões, nos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e ainda nos fornecimentos e serviços externos.

Por fim, uma referência ao aumento das transferências correntes por via do acréscimo no número de alunos apoiado pelo Fundo de Apoio ao Estudante (FASE®).

Nos dois últimos anos os custos e perdas apresentaram a composição constante do seguinte gráfico:

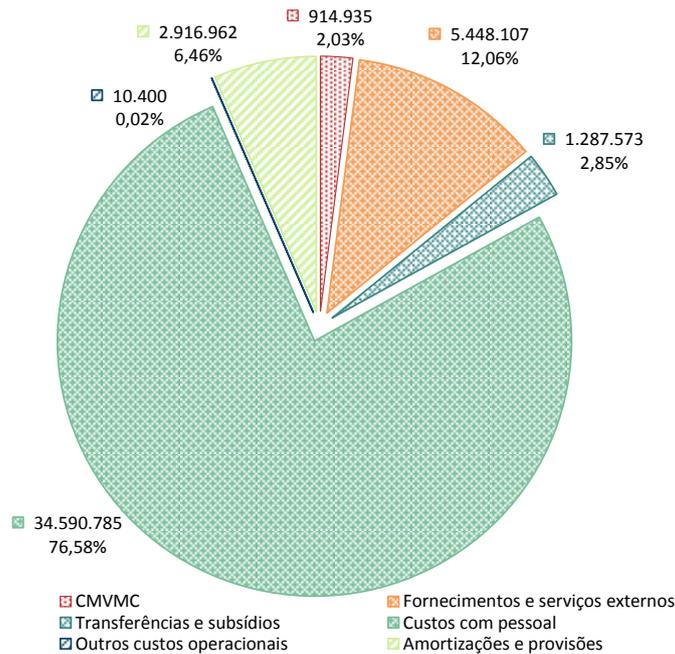
Gráfico 2 | Estrutura e evolução dos custos



Fonte: Balancete de contas do plano

6.3.1.1. ESTRUTURA DE CUSTOS OPERACIONAIS

Gráfico 3 | Estrutura dos custos operacionais



Fonte: Balancete de contas do plano

Os custos operacionais representam mais de 99% (Quadro 8) dos custos totais e são maioritariamente constituídos por custos com pessoal (76,58%) e por fornecimentos e serviços externos (12,06%). As transferências correntes concedidas apresentam uma estrutura idêntica à do ano anterior; apesar de aumentarem em 57.807€, as amortizações e provisões diminuem por via das amortizações de imobilizado e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, também diminuem, por via da redução do número de refeições servidas nos SAS.

Pela sua representatividade nas contas consolidadas, segue-se um breve detalhe das despesas que compõem os custos operacionais, fornecimentos e serviços externos (Quadro 9); transferências correntes concedidas (Quadro 10); custos com pessoal (Quadro 11); outros custos e perdas operacionais (Quadro 12) e amortizações e provisões (Quadro 13) comparando os valores e o peso estrutural de 2014 e 2013.

Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro 9 | Fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Eletricidade	817.365	15,00%	813.142	14,70%	4.223	0,52%
Combustíveis/outras fluidos	273.033	5,01%	289.315	5,23%	-16.282	-5,63%
Água	131.285	2,41%	113.236	2,05%	18.048	15,94%
Rendas e alugueres	26.720	0,49%	17.911	0,32%	8.808	49,18%
Comunicações	105.599	1,94%	107.600	1,95%	-2.001	-1,86%
Seguros	44.154	0,81%	44.244	0,80%	-91	-0,20%
Limpeza e higiene	559.628	10,27%	590.918	10,68%	-31.290	-5,30%
Vigilância e segurança	548.887	10,07%	573.175	10,36%	-24.288	-4,24%
Ferramentas e utensílios	44.107	0,81%	53.282	0,96%	-9.175	-17,22%
Material de escritório	81.619	1,50%	101.761	1,84%	-20.142	-19,79%
Transportes de pessoal	27.806	0,51%	17.198	0,31%	10.608	61,68%
Deslocações e estadas	300.430	5,51%	314.872	5,69%	-14.443	-4,59%
Honorários	189.044	3,47%	199.873	3,61%	-10.828	-5,42%
Conservação e reparação	401.978	7,38%	504.519	9,12%	-102.541	-20,32%
Publicidade	256.790	4,71%	257.523	4,66%	-733	-0,28%
Trabalhos especializados	812.852	14,92%	740.476	13,39%	72.376	9,77%
Licenciamento de software	116.972	2,15%	146.542	2,65%	-29.570	-20,18%
Consumos laboratoriais	305.220	5,60%	280.458	5,07%	24.762	8,83%
Seminários, exposições e similares	121.992	2,24%	114.998	2,08%	6.994	6,08%
Outros serviços	282.627	5,19%	250.443	4,53%	32.184	12,85%
Total	5.448.107	100,00%	5.531.487	100,00%	-83.380	-1,51%

Fonte: Balancetes de contas do plano

Os fornecimentos e serviços externos, apesar dos esforços de contenção e racionalização de custos de funcionamento, representam 5.448.107€, mas refletem uma diminuição de 83.380€ face ao ano de 2013. Pelo detalhe da rubrica, verificamos que os custos fixos ou de estrutura, onde se incluem as despesas de eletricidade, combustíveis, água, rendas e alugueres, comunicações, seguros, limpeza higiene e conforto e

vigilância e segurança, ascenderam a 2.506.670€ e representam 46,01% dos custos com fornecimentos e serviços externos.

O maior peso nos fornecimentos e serviços externos é representado pelos custos com trabalhos especializados de natureza diversa (14,92%), que incluem serviços de natureza especializada, onde se destacam a acreditação de ciclos de estudo por parte da A3ES, os serviços de manutenção (instalações, equipamentos, AVAC, eletricidade e telecomunicações), os ensinos clínicos, e outros serviços especializados necessários ao desenvolvimento das prestações de serviços e dos projetos cofinanciados realizados pelas entidades do grupo, apresentam um aumento de 72.376€, por via destes últimos.

Em termos gerais as rubricas evidenciam um esforço de contenção, todavia as rubricas que refletem aumento são explicadas por necessidades pontuais associadas a prestações de serviços e a projetos cofinanciados. No caso específico dos custos com seminários, exposições e similares, verifica-se pelo incremento das atividades desta natureza, também refletido em termos de proveitos na conta de conferências, seminários e congressos (Quadro 16).

Transferências Correntes

Quadro 10 | Transferências correntes concedidas

Transferências correntes concedidas e prestações sociais	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	750	0,06%	750	0,00%	0	0,00%
Administração central	38.493	2,99%	3.025	0,25%	35.467	1172,38%
Administração local	17.329	1,35%	10.408	0,85%	6.922	66,50%
Instituições sem fins lucrativos	41.656	3,24%	36.712	2,99%	4.944	13,47%
Famílias	1.174.469	91,22%	1.164.503	94,69%	9.966	0,86%
Resto do mundo	14.876	1,16%	14.367	1,17%	509	3,54%
Total	1.287.573	100,00%	1.229.765	99,94%	57.807	4,70%

Fonte: Balancete de contas do plano.

As transferências correntes registam os valores atribuídos pelo IPLeiria e SAS a outras entidades (privadas, famílias e a outras instituições) e totalizaram 1.287.573€, o que representa um acréscimo de 57.807€ face ao ano de 2013.

O aumento verificado nas transferências para administração central e local fica a dever-se ao pagamento à CGA do montante de 36.851€, referente à Remição de Pensão por Acidente de Serviço de um funcionário do IPLeiria, e aos custos associadas à utilização de espaços pertencentes ao município da Marinha Grande, por atualização de custos e da área ocupada.

As transferências para as famílias que estão diretamente relacionadas com o pagamento de bolsas de investigação no âmbito de projetos de investigação cofinanciados, projetos internos e prestações de serviço; de bolsas de mérito e outros custos relativos a apoios atribuídos aos estudantes quer no âmbito dos programas de mobilidade, quer no âmbito de acordos específicos; incluem ainda, apoios à mobilidade de pessoal docente, não docente e estudantes, e contratos de emprego e inserção (CEI). Estas transferências no IPLeiria registam um decréscimo no de 29.793€ e um aumento de 42.942€ nos SAS, explicado pelo número de estudantes apoiados pelo FASE⁶.

Custos com o Pessoal

Quadro 11 | Custos com pessoal

Custos com pessoal	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Remunerações base do pessoal	22.413.381	64,80%	22.871.217	62,45%	-457.836	-2,00%
Subsídios de férias e natal	4.071.576	11,77%	5.517.428	15,07%	-1.445.852	-26,21%
Suplementos de remuneração (1)	1.137.582	3,29%	1.214.472	3,32%	-76.890	-6,33%
Prestações sociais directas	30.131	0,09%	26.757	0,07%	3.374	12,61%
Outras remunerações	195.095	0,56%	168.670	0,46%	26.425	15,67%
Encargos sobre remunerações (2)	6.743.019	19,49%	6.822.650	18,63%	-79.631	-1,17%
Total	34.590.785	100,00%	36.621.194	100,00%	-2.030.409	-5,54%

Fonte: Balancete de contas do plano.

(1) Suplementos remuneratórios: incluem, entre outros, subsídios de alimentação; ajudas de custo; despesas de representação, horas extraordinárias.

(2) Encargos sobre remunerações: incluem as contribuições para a CGA, SS e ADSE e os encargos decorrentes da parentalidade.

Os custos com pessoal ascenderam a 34.590.785€ e evidenciam uma diminuição de 2.030.409€, que ocorre na generalidade das rubricas. A variação que se verifica em relação a 2013 na rubrica de subsídio de férias e Natal, fica a dever-se, ao registo em 2013 de um custo acrescido superior a 1,6 milhões de euros, dado que em 2012 não tinha sido efetuado o acréscimo de remunerações a liquidar⁷. A execução das restantes rubricas de custo desenvolveu-se num quadro de instabilidade legislativa em matéria de remunerações dos funcionários e agentes do Estado. O acréscimo registado na conta de outras remunerações é referente ao pagamento de indemnização a dois funcionários dos SAS que aderiram ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo⁸.

Em 2014 verificou-se, ainda, um impacto financeiro adicional na ordem dos 113 mil euros relativo ao regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 207/2009, de 30 de agosto, posteriormente alterado pela Lei n.º 7/2010,

⁶ O financiamento do FASE[®] é assegurado por transferências do IPLeiria para os SAS, numa percentagem do valor das propinas do 1.º ciclo, 2.º ciclo e CET, acordada em Conselho de Gestão alargado. Note-se que estas transferências, do IPLeiria para os SAS, são eliminadas através do processo de anulação de operações entre entidades do grupo.

⁷ Em 2013 não foi determinado o acréscimo do subsídio de férias, em consequência da suspensão do seu pagamento prevista no art.º 25.º da Lei n.º 64-B/2012, de 30 de dezembro. Situação que veio a ser declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

⁸ Definido com a Portaria n.º 221-A/2013 de 8 de julho, publicada no Diário da República, 1ª série N.º 129 de 8 de julho de 2013.

de 13 de maio⁹, que foi atenuado com medidas de contenção de custos com pessoal, implementadas, desde 2012.

Em cada ano, os custos com pessoal incluem os valores que não são pagos no exercício e que correspondem ao acréscimo de custos, relativos ao mês de férias e subsídio de férias que são pagos no ano seguinte, no valor de 4.993.834€¹⁰.

Outros Custos

Quadro 12 | Outros custos

Outros custos e perdas operacionais	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
	Impostos e taxas	10.400	100,00%	9.624	35,93%	776
Outros custos e perdas operacionais	0	0,00%	17.164	64,07%	-17.164	-100,00%
Total	10.400	100,00%	26.788	100,00%	-16.388	-61,18%

Fonte: Balancete de contas do plano.

O valor referente a impostos e taxas em 2014, continua a apresentar-se pouco significativo e corresponde ao pagamento de taxas de justiça, taxas de registos e taxas de autarquias locais, no total de 6.248€, inclui ainda o custos de outras taxas (4.152€) devidas no âmbito da atividade do Ipleiria.

Amortizações e Provisões

Quadro 13 | Amortizações e provisões

Amortizações e provisões do exercício	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
	Imobilizações corpóreas	2.554.772	87,58%	2.733.837	85,90%	-179.064
Provisões para cobrança duvidosa	287.298	9,85%	323.631	10,17%	-36.333	-11,23%
Provisões para riscos e encargos	74.892	2,57%	125.291	3,94%	-50.399	-40,23%
Total	2.916.962	100,00%	3.182.759	100,00%	-265.796	-8,35%

Fonte: Balancetes contas do plano

⁹ Em 2012, esteve legalmente suspensa a possibilidade de proceder à alteração remuneratória em virtude da obtenção do grau de doutor, nos termos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012 (LOE-2012), situação alterada em 2013 pela Lei n.º 66-B/2012, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 (LOE-2013).

¹⁰ Os montantes foram apurados considerando as alterações previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos de reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão. A aplicação deste normativo implicou um acréscimo na estimativa superior a 265.000€, com impacto direto nos resultados do exercício.

As amortizações e provisões do exercício totalizaram 2.916.962€ e verifica-se uma redução de 265.796€, resultante da contração nos investimentos (corpóreos e incorpóreos) e nas provisões constituídas para clientes e estudantes de cobrança duvidosa bem como para as provisões para riscos e encargos.

As amortizações do exercício, que totalizam 2.554.772€, foram calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com as taxas legalmente previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado¹¹. Cerca de 70% deste custo é compensado anualmente pelo reconhecimento de proveitos contabilísticos considerados de natureza extraordinária, uma vez que parte significativa dos bens amortizados foi adquirida com apoio de subsídios ao investimento de natureza diversa.

Face aos riscos associados, as provisões para cobrança duvidosa de clientes e estudantes foram atualizadas em 287.298€; no final do exercício o valor acumulado é de 1.765.174€, e reflete a totalidade dos créditos em mora há mais de 12 meses, para efeito de determinação da provisão nos termos no POC-Educação.

De igual forma, no exercício procedeu-se ao acréscimo de valor nas provisões para riscos e encargos, no montante de 74.892€, valor analisado com maior detalhe nos Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Com esta atualização, ficam refletidas no balanço, as responsabilidades de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência, cuja natureza era conhecida a 31 de dezembro de 2014.

6.3.1.2. ESTRUTURA DE CUSTOS FINANCEIROS

Os custos financeiros registados em 2014 totalizaram 56.139€ (cfr. demonstração de resultados no ponto 7.2) e referem-se quase exclusivamente a serviços bancários intrínsecos ao processo de cobrança de propinas e taxas. Registam um decréscimo de 6.409€ em resultado da redução das operações efetuadas.

¹¹ Aprovado pela Portaria n.º 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de abril de 2000.

6.3.1.3. ESTRUTURA DE CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 14 | Custos extraordinários

Custos e perdas extraordinários	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Perdas em imobilizações	4.304	5,92%	7.723	12,90%	-3.419	-44,27%
Multas e penalidades	75	0,10%	15	0,03%	60	400,00%
Aumento de provisões	6.646	9,15%	0	0,00%	6.646	-
Restituições	14.720	20,26%	6.222	10,39%	8.498	136,59%
Outras correções	46.916	64,57%	45.841	76,54%	1.075	2,35%
Outros custos e perdas extraordinárias	0	0,00%	91	0,15%	-91	-100,00%
Total	72.661	100,00%	59.892	100,00%	12.770	21,32%

Fonte: Balancetes contas do Plano

Os custos e perdas extraordinárias registaram um aumento de 21,32% e totalizam 72.661€. O aumento verifica-se por via do aumento de provisões, pelas restituições e outras correções, que no conjunto crescem 16.220€. O referente a outras correções corresponde a movimentos de ajustamento efetuados em processos de receita de projetos e propinas, considerados como proveito em anos anteriores, cujo montante não foi integralmente validado pelas entidades financiadoras ou foi objeto de acerto nas contas correntes dos estudantes, na sequência de ajustamentos nos planos de pagamento aprovados, validados à data de 31 de dezembro de 2014.

Em sentido oposto, verifica-se que a conta de perdas em imobilizado apresenta uma redução de 44,27% à qual corresponde o montante de 3.419€, regista as perdas de imobilizações resultantes do registo de abates ocorrido no exercício.

6.3.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS

Quadro 15 | Estrutura de proveitos e ganhos

Proveitos e Ganhos	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	3.309.531	7,35%	3.463.752	7,08%	-154.222	-4,45%
Impostos e taxas	10.505.191	23,34%	10.807.518	22,08%	-302.327	-2,80%
Proveitos suplementares	78.504	0,17%	57.090	0,12%	21.414	37,51%
Transferências e subsíd. correntes obtidos	28.803.847	63,99%	32.334.967	66,05%	-3.531.119	-10,92%
Total Proveitos operacionais	42.697.072	94,86%	46.663.327	95,32%	-3.966.255	-8,50%
Proveitos e ganhos financeiros	127	0,00%	14	0,00%	113	803,62%
Total Proveitos financeiros	127	0,00%	14	0,00%	113	803,62%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.312.684	5,14%	2.291.802	4,68%	20.882	0,91%
Total Proveitos e ganhos extraordinárias	2.312.684	5,14%	2.291.802	4,68%	20.882	0,91%
Total	45.009.884	100,00%	48.955.144	100,00%	-3.945.260	-8,06%

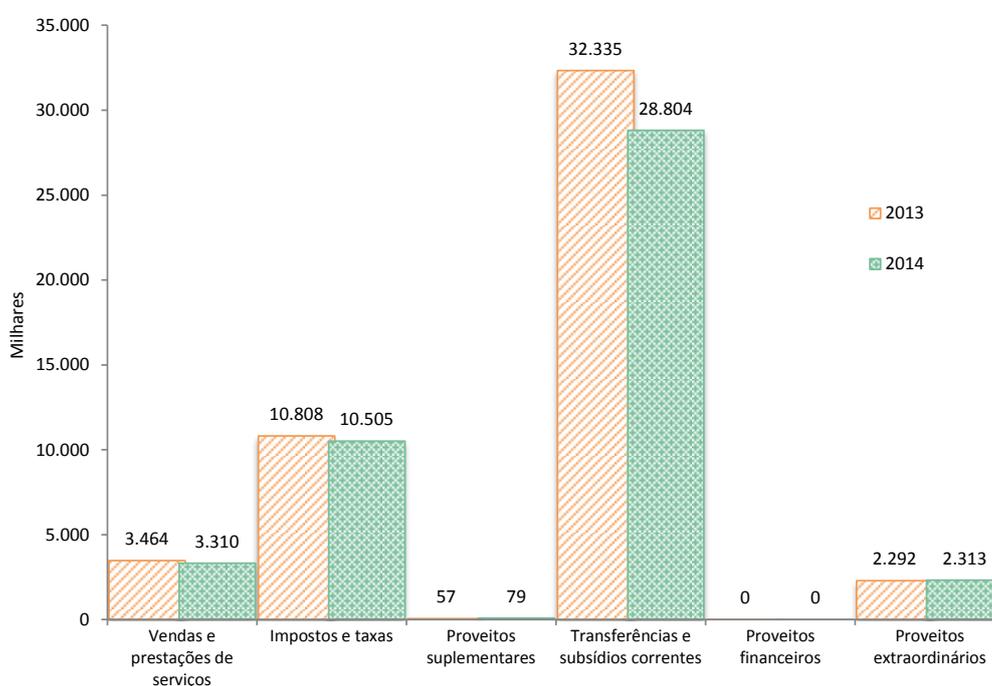
Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

A evolução da estrutura de proveitos e ganhos consolidados entre 2014 e 2013 está representada no Quadro 15 e no Gráfico 4.

Os proveitos e ganhos atingiram o montante global de 45.009.884€, o que representa uma diminuição absoluta de 3.945.260€ e de 8,06% em termos relativos, motivada por fortes alterações nos proveitos operacionais, em resultado fundamentalmente das transferências e subsídios correntes obtidos, embora as vendas e prestações de serviços e os impostos e taxas, também reduzam face aos valores de 2013.

Nos dois últimos anos os proveitos e ganhos apresentaram a composição constante do gráfico:

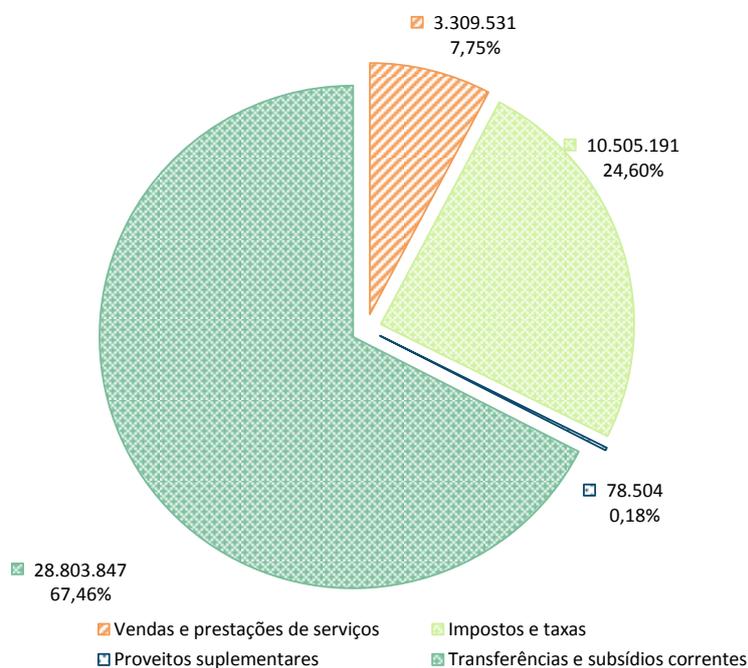
Gráfico 4 | Estrutura e evolução dos proveitos



Fonte: Balancete de contas do plano.

6.3.2.1. ESTRUTURA DE PROVEITOS OPERACIONAIS

Gráfico 5 | Estrutura de proveitos operacionais



Os proveitos operacionais ascenderam a 42.697.072€ (Quadro 15) e representam cerca de 95% dos proveitos totais. Com efeito, a rubrica com maior expressão na atividade operacional do grupo IPEleiria consiste nas transferências e subsídios correntes obtidos, que ascenderam a 28.803.847€, representando cerca de 64% dos proveitos totais, tendo-se registado uma redução de 3.531.119€ (10,92%), em consequência das variações ocorridas no registo de proveitos relativos às transferências do OE¹².

As propinas e taxas incluídas na rubrica de impostos e taxas representam 23,34% dos proveitos totais, e registam um decréscimo de 302.327€, agravado pela aplicação do princípio da especialização do exercício nas propinas de mestrados iniciados no ano letivo 2014/2015, que no entanto se impõe como boa prática contabilística.

As vendas de bens e prestações de serviços constituem uma importante fonte de proveitos, representando 7,35% dos proveitos totais, registam uma descida de 4,45%. Apesar do decréscimo global, os serviços prestados no âmbito da organização de eventos científicos nacionais e internacionais, aumentam em 104.841€, em sentido inverso, verifica-se uma redução nos estudos pareceres e projetos, nos serviços de alimentação e produtos alimentares decorrentes, estes últimos, da atividade dos SAS, pelo montante global de 305.274€.

¹² Importa relembrar que as transferências do OE em 2013 registavam o efeito da alteração ocorrida na política contabilística de reconhecimento dos proveitos derivados das comparticipações do OE para compensação dos custos com férias e subsídio de férias, os quais passaram a ser considerados no ano a que respeitam os custos. Em 2014 a variação ocorre pela atualização dos valores considerados como proveito em cada exercício.

Se ao valor dos proveitos operacionais se retirar a parte referente às transferências e subsídios correntes, obtemos o montante de 13.893.225€, que representa a capacidade de autofinanciamento corrente do grupo IPEiria, montante que reduz 435.135€ face aos valores atingidos em 2013, pelos decréscimos acima referidos.

Segue-se um breve detalhe dos proveitos operacionais, vendas e prestações de serviços (Quadro 16); impostos e taxas (Quadro 17); proveitos suplementares (Quadro 18); e transferências e subsídios correntes obtidos (Quadro 19), comparando os valores e o peso estrutural em 2014 e 2013.

Venda de Bens e Prestação de Serviços

Quadro 16 | Venda de bens e prestação de serviços

Vendas e prestações de serviços	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Fotocópias, impressos e publicações	377	0,01%	982	0,03%	-605	-61,60%
Livros e documentação técnica	2.109	0,06%	3.594	0,10%	-1.485	-41,31%
Produtos alimentares e bebidas	772.528	23,34%	816.759	23,58%	-44.230	-5,42%
Refeições	9.907	0,30%	16.306	0,47%	-6.399	-39,24%
Merchandising e outros bens	343	0,01%	393	0,01%	-50	-12,72%
Total Venda de bens	785.264	23,73%	838.033	24,19%	-52.769	-6,30%
Serviços de alimentação	836.239	25,27%	928.379	26,80%	-92.140	-9,92%
Serviços de alojamento	603.676	18,24%	592.599	17,11%	11.077	1,87%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	579.687	17,52%	748.591	21,61%	-168.904	-22,56%
Serviços de laboratórios	3.949	0,12%	4.448	0,13%	-500	-11,23%
Colaboração docente	35.213	1,06%	26.406	0,76%	8.806	33,35%
Patrocínios e apoios	84.587	2,56%	101.578	2,93%	-16.991	-16,73%
Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	27.980	0,85%	15.529	0,45%	12.451	80,18%
Ações de formação	71.736	2,17%	20.645	0,60%	51.091	247,47%
Conferências, seminários e congressos	196.841	5,95%	91.999	2,66%	104.841	113,96%
Atividades de saúde	13.478	0,41%	12.844	0,37%	635	4,94%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	2.198	0,07%	15	0,00%	2.183	14553,60%
Outros	68.683	2,08%	82.687	2,39%	-14.004	-16,94%
Total Prestações de serviços	2.524.267	76,27%	2.625.720	75,81%	-101.453	-3,86%
Total	3.309.531	100,00%	3.463.752	100,00%	-154.222	-4,45%

Fonte: Balancete de contas do plano.

As vendas de bens e prestações de serviços evidenciam um peso relativo consolidado superior a 7%; destaca-se, nesta estrutura, o valor dos serviços resultantes da atividade desenvolvida pelos SAS, como os serviços de alimentação, alojamento e produtos alimentares e bebidas. Para a atividade do IPEiria o destaque encontra-se nos serviços realizados ao exterior, que correspondem maioritariamente a serviços de estudos, pareceres, projetos e consultoria, ocorridos pela crescente cooperação entre as Unidades Orgânicas e de Investigação do IPEiria e outras entidades – de direito público e privado, traduzida na adjudicação e prestação de um vasto conjunto de prestações de serviços, e nas conferências, seminários e congressos.

Este amplo leque de atividades desenvolvidas gerou um rendimento que ascendeu aos 3.309.531€, registando uma redução de 154.222€.

Impostos e Taxas

Quadro 17 | Impostos e taxas

Impostos e taxas	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Propinas de licenciatura	7.504.497	71,44%	7.874.405	72,86%	-369.908	-4,70%
Propinas de formação pós-graduada	144.262	1,37%	141.450	1,31%	2.812	1,99%
Propinas de mestrados	1.195.824	11,38%	1.300.870	12,04%	-105.046	-8,08%
Propinas de CET	727.842	6,93%	660.302	6,11%	67.540	10,23%
Propinas de cursos preparatórios	74.102	0,71%	94.502	0,87%	-20.400	-21,59%
Propinas de formação contínua	68.156	0,65%	52.500	0,49%	15.656	29,82%
Total Propinas	9.714.683	92,48%	10.124.029	93,68%	-409.346	-4,04%
Diplomas e certidões e fotocópias	66.831	0,64%	72.164	0,67%	-5.333	-7,39%
Taxas matrícula, exames e melhorias de nota	272.194	2,59%	237.663	2,20%	34.531	14,53%
Multas	70.144	0,67%	44.122	0,41%	26.022	58,98%
Outras taxas	381.340	3,63%	329.541	3,05%	51.799	15,72%
Total Taxas	790.508	7,52%	683.489	6,32%	107.019	15,66%
Total	10.505.191	100,00%	10.807.518	100,00%	-302.327	-2,80%

Fonte: Balancetes de contas do plano

Os proveitos provenientes de impostos e taxas (propinas, multas e outras penalidades), representam mais de 23% dos proveitos do grupo IPLeiria e registam uma diminuição de 2,80% ocorrida pelo decréscimo das suas componentes mais significativas (propinas de licenciatura, de mestrados e também cursos preparatórios); a exceção encontra-se nas propinas referentes aos CET, formação pós graduada e às diversas taxas de ensino.

De referir, que para o ano letivo 2014/2015 o valor da propina foi atualizado, o que já não acontecia desde 2011/2012. Esta atualização ocorreu num contexto em que o défice de financiamento público começa a apresentar consequências em áreas fundamentais do funcionamento e do investimento, realçando-se que o acréscimo será aplicado em equipamentos e materiais pedagógicos e no reforço do programa FASE®. O efeito deste aumento, pelo plano de pagamentos aprovado, ocorrerá em 2015.

O aumento nos proveitos referentes a taxas de ensino reflete os valores recebidos através da cobrança coerciva de propinas em dívida, pelo processo de execução fiscal.

Proveitos Suplementares

Os proveitos suplementares, no montante de 78.504€, invertem a tendência de diminuição das contas anteriores e apresentam um acréscimo de 21.969€, face aos valores de 2013, originado pela rentabilização das cedências de instalações.

Quadro 18 | Proveitos suplementares

Proveitos suplementares	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Cedência de instalações e equipamentos	70.566	89,89%	42.903	75,15%	27.663	64,48%
Compensações de despesas	7.938	10,11%	14.187	24,85%	-6.250	-44,05%
Total	78.504	100,00%	57.090	100,00%	21.414	37,51%

Fonte: Balancete de contas do plano.

Transferências e Subsídios Correntes

Quadro 19 | Transferências e subsídios correntes

Transferências e subsíd. correntes obtidos	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Estado + Estado Projetos cofinanciados	26.341.427	91,45%	30.025.131	92,86%	-3.683.705	-12,27%
Financiamento Comunitário	2.374.763	8,24%	2.290.344	7,08%	84.419	3,69%
Instituições s/ fins lucrativos e privadas	87.658	0,30%	19.492	0,06%	68.166	349,72%
Total	28.803.847	100,00%	32.334.967	100,00%	-3.531.119	-10,92%

Fonte: Balancetes de contas do plano.

As transferências e subsídios correntes obtidos compõem-se essencialmente pelas verbas atribuídas anualmente pelo Estado, às quais se adicionam as transferências efetuadas no âmbito de projetos cofinanciados, cuja componente de despesa seja corrente. As principais variações justificam-se pela aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

Globalmente o valor identificado em transferências do Estado reflete o total do financiamento atribuído ao grupo IPLeiria pelo Estado, em conformidade com as regras definidas pela Tutela, e o financiamento de projetos cofinanciadas pelo Estado, por SFA, e outras entidades, destinados ao apoio das atividades operacionais do grupo, os quais neste exercício apresentam uma redução de 12,27%. Integra ainda a estimativa do valor a ser transferido em 2015 para pagamento dos subsídios e mês de férias, na parte financiada pelo OE, pelo montante global de 3.545.575€¹³.

¹³ A alteração de critério ocorrida em 2013 para o reconhecimento do proveito referente às transferências do OE para financiamento da estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias, justifica cerca de 3.180.000€ da variação negativa ocorrida nestes proveitos.

As transferências relativas a projetos cofinanciados com fundos comunitários e as transferências de instituições sem fins lucrativos atingem o montante de 2.462.421€, e aumentam em 6,61%, dando continuidade aos resultados do IPLEiria na obtenção de novas origens de financiamento, dado que os SAS não registam proveitos desta natureza.

6.3.2.2. ESTRUTURA DE PROVEITOS FINANCEIROS

Os proveitos e ganhos financeiros não apresentam qualquer expressão nas contas de 2014, em resultado das condições do mercado financeiro e da redução das disponibilidades do grupo.

6.3.2.3. ESTRUTURA DE PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 20 | Proveitos extraordinários

Proveitos e ganhos extraordinários	unidade: euros					
	2014		2013		Δ 2014/2013	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Ganhos em imobilizações	2.471	0,11%	358	0,02%	2.113	590,17%
Reduções de amortizações e provisões	290.627	12,57%	284.109	12,40%	6.519	2,29%
Reposições não abatidas	3.821	0,17%	10.890	0,48%	-7.069	-64,91%
Outras correções relativas a ex. anteriores	202.290	8,75%	76.080	3,32%	126.210	165,89%
Transferências de capital obtidas	1.760.184	76,11%	1.894.398	82,66%	-134.214	-7,08%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	53.291	2,30%	25.968	1,13%	27.323	105,22%
Total	2.312.684	100,00%	2.291.802	100,00%	20.882	0,91%

Fonte: Balancete de contas do plano

Os proveitos extraordinários ascenderam a 2.312.684€, e apresentam uma variação positiva de 20.882€, apesar de existirem variações significativas nas rubricas que os compõem, que em termos globais quase que se compensam.

O montante de 290.627€ registado na rubrica de reduções de amortizações e provisões reflete a redução registada nas provisões de clientes e estudantes, pelos montantes recebidos durante o exercício (209.918€) e da redução das provisões para riscos e encargos (80.709€), pelos registos relativos à prescrição de créditos laborais e pela atualização de valor de processos judiciais em curso, provisionados no ano anterior.

As correções relativas a exercícios anteriores ocorreram por via de ajustamentos para mais, no valor em dívida de propinas de 1.º ciclo, validado no final do exercício. Integra ainda, o montante de 181.979€ relativo a créditos de imposto de IVA, resultante da revisão da metodologia de dedução deste imposto, com referência aos anos 2011 a 2013. Por fim, referir a regularização de acréscimos de custos registados no exercício anterior

por montante superior aos pagamentos efetuados neste exercício, nomeadamente nas rubricas de outras remunerações (colaboração técnica especializada e formação).

O valor registado na rubrica de transferências de capital obtidas, o mais expressivo desta natureza de proveitos, diminui em relação ao ano anterior, e reflete o reconhecimento de proveitos extraordinários em relação direta com as amortizações operacionais cujos bens foram objeto de financiamentos por subsídios ao investimento.

6.3.3. RESULTADOS LÍQUIDOS

A análise dos proveitos e dos custos consolidados – a qual não reflete necessariamente a execução orçamental – concretiza o resultado líquido consolidado de -287.678€, valor que reflete o global da atividade corrente e extraordinária desenvolvida pelo grupo IPLeiria. A estrutura dos resultados consolidados está descrita no Quadro 7 deste documento.

6.4. RÁCIOS E INDICADORES

A análise dos dados económicos e financeiros acima expressos pode ser complementada recorrendo-se para isso a um conjunto de rácios e indicadores financeiros, de liquidez e de estrutura, económicos e de rentabilidade.

Quadro 21 | Indicadores de Gestão e Financeiros

Rácios e Indicadores	2014	2013
ANÁLISE DA LIQUIDEZ		
Rácio Solvência (Liquidez geral)	1,16	1,12
Rácio Tesouraria (Liquidez imediata)	0,07	0,04
Indicador Fundo de maneo líquido	1.427.825	2.158.924
ANÁLISE DA ESTRUTURA		
Rácio Cobertura do imobilizado	0,30	0,31
Rácio Autonomia financeira	0,28	0,29
Rácio Solvabilidade	0,39	0,42
ANÁLISE ECONÓMICA E RENDIBILIDADE		
Rácio Rentabilidade do fundo próprio	-1,04%	4,43%
Rácio Rentabilidade do ativo líquido	-0,29%	1,30%
Rácio Rentabilidade operacional	-5,79%	-2,01%
Indicador EBITDA	445.273	2.246.477
Indicador Cash-flow (em euros)	2.629.284	4.415.854

Fonte: Balanço consolidado e demonstração resultados consolidada

Os rácios de liquidez refletem um nível equilibrado das disponibilidades e dos créditos sobre terceiros perante as dívidas a terceiros, em resultado da política do grupo IPLEiria na liquidação de todas as dívidas a terceiros, o que se confirma no valor do indicador do fundo de maneiio.

Em termos de estrutura, a cobertura do imobilizado por fundos próprios mostra-se adequada, a autonomia financeira e a solvabilidade apresentam valores coerentes com uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma boa relação entre os fundos próprios, a exigibilidade dos passivos exigíveis e a liquidez dos ativos.

Os rácios de rendibilidade apresentam-se negativos, considerando os resultados líquidos negativos. Verifica-se, não obstante as dificuldades, um EBITDA (*earnings before interests, taxes, depreciations and amortizations*) positivo em 445.273€ e um Cash-flow também ele positivo em 2.629.284€; o que traduz a sustentabilidade dos meios libertos ou, simplesmente, do autofinanciamento. Os decréscimos apresentados justificam-se considerando que os meios libertos gerados pela atividade operacional não se apresentaram suficientes para permitir o crescimento da mesma natureza.

6.5. CONCLUSÃO

Analisada a situação económico-financeira do grupo IPLEiria em 2014, para além do supracitado torna-se importante reiterar que as restrições orçamentais que nos últimos anos tendem a acentuar-se, têm resultado num esforço permanente de racionalização e contenção da despesa, assegurando-se os financiamentos necessários às áreas consideradas prioritárias, garantindo a sustentabilidade financeira do grupo. No âmbito da sua autonomia, o IPLEiria e os SAS têm cumprido rigorosamente os seus orçamentos sem gerarem compromissos financeiros adicionais. Ao mesmo tempo têm desenvolvido esforços que permitam aumentar os recursos próprios, através de receitas obtidas no quadro das suas atividades, bem como reestruturando os seus serviços, e procurando captar novos recursos, quer no contexto nacional, quer internacional.

Da análise da situação económico-financeira à data de 31 de dezembro de 2014, destacam-se as seguintes evidências conjunturais:

- O cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e do princípio da unidade de tesouraria;
- A continuidade do ambiente de forte contenção e máximo rigor na execução da despesa;
- Contínua instabilidade legislativa em matéria de remunerações;
- As limitações impostas ao recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas;
- A aplicação da Lei n.º 7/2010 (ECPDESP), de 13 de maio, determinando transições automáticas de carreira dos docentes e conseqüente esforço orçamental;

As referidas evidências sustentam as seguintes conclusões, ao nível da situação patrimonial e dos resultados:

- Situação patrimonial:
 - A aquisição de bens de investimento fixo abranda, mas aumentam significativamente os investimentos em curso; em consequência, o imobilizado líquido aumenta 1.993.913€;
 - Aumentam as dívidas de estudantes de outros devedores em 409.057€ e diminuem em 189.075€ as dívidas de clientes;
 - As disponibilidades aumentam 303.059€, mas também aumentam as dívidas a fornecedores;
 - Os encargos ao Estado aumentam 663.240€, resultado do não pagamento dos encargos referentes ao mês de dezembro;
 - Os acréscimos de proveitos aumentam em 1.399.718€ e os acréscimos de custos em 259.741€;
 - Os proveitos diferidos aumentam 2.684.149€ e os custos diferidos apenas 6.835€.

- Resultados:
 - As transferências correntes diminuem 3.531.119€ e já incluem acréscimos de proveito em 3.545.575€;
 - As receitas de propinas e taxas diminuem em 302.327€;
 - A rubrica de vendas de bens e prestação de serviços diminui em 154.222€;
 - A rubrica de custos com o pessoal aumenta 2.030.409€;
 - A rubrica de fornecimentos e serviços externos diminuiu 83.380€ e a transferências correntes concedidas aumentam em 87.807€;
 - Os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, também diminuem, em 92.680€
 - Globalmente os proveitos diminuem em 3.945.260€ e os custos em 2.424.485€, que justificam a variação ocorrida nos resultados líquidos.
 - Os resultados líquidos são negativos em 287.678€.

6.6. FACTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não houve qualquer acontecimento ou facto subsequente que afete de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras reportadas à data de 31 de dezembro de 2014.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 2014

7.1. BALANÇO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO | 2014

Balança Consolidado

Unidade: Euros

Código das contas	ATIVO	Exercícios			2013
		AB	2014 AP	AL	
POC Educação					
	IMOBILIZADO:				
	Bens do Domínio público	-	-	-	-
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	45.386,60	45.386,60	-	-
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.961.406,69	-	2.961.406,69	2.998.702,48
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		3.006.793,29	45.386,60	2.961.406,69	2.998.702,48
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	11.879.794,46	-	11.879.794,46	11.794.214,46
422	Edifícios e outras construções	79.443.110,51	13.660.269,16	65.782.841,35	66.971.158,87
423	Equipamento e material básico	22.887.125,35	18.965.251,97	3.921.873,38	4.174.391,27
424	Equipamento de transporte	786.246,30	759.250,19	26.996,11	51.151,99
425	Ferramentas e utensílios	392.144,37	383.238,37	8.906,00	13.392,58
426	Equipamento administrativo	8.873.678,11	8.029.389,81	844.288,30	922.068,57
427	Taras e vasilhame	-	-	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	2.931.779,07	2.889.803,14	41.975,93	65.517,46
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	4.651.392,75	-	4.651.392,75	1.134.964,12
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
		131.845.270,92	44.687.202,64	87.158.068,28	85.126.859,32
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	-	-	-	-
412	Obrigações e títulos de participação	230.996,40	2.000,00	228.996,40	228.996,40
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	-	-	-	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		230.996,40	2.000,00	228.996,40	228.996,40
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27.874,24	-	27.874,24	29.264,68
35	Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	-	-	-	-
37	Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-
		27.874,24	-	27.874,24	29.264,68
	Dívidas de terceiros — Curto prazo:				
2811+2821	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
211	Clientes, c/c	556.398,49	-	556.398,49	745.473,07
212	Alunos, c/c	784.622,57	-	784.622,57	646.302,08
213	Utentes, c/c	-	-	-	-
214	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber	-	-	-	-
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	1.765.173,80	1.765.173,80	-	-
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	276,75	-	276,75	-
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	32.718,65	-	32.718,65	21.689,34
26	Outros devedores	1.161.888,35	-	1.161.888,35	891.152,00
		4.301.078,61	1.765.173,80	2.535.904,81	2.304.616,49
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos da dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
		-	-	-	-
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
13	Conta no tesouro	109.393,76	-	109.393,76	28.421,13
12	Depósitos em instituições financeiras	388.193,59	-	388.193,59	165.496,26
11	Caixa	336,00	-	336,00	946,80
		497.923,35	-	497.923,35	194.864,19
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	4.881.369,61	-	4.881.369,61	3.481.651,88
272	Custos diferidos	142.551,80	-	142.551,80	135.717,26
		5.023.921,41	-	5.023.921,41	3.617.369,14
	Total de amortizações		44.732.589,24		
	Total de provisões		1.767.173,80		
	Total do ativo	144.933.858,22	46.499.763,04	98.434.095,18	94.500.672,70

Balço Consolidado

Unidade: Euros

Código das contas POC Educação	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
		2014	2013
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	3.153.485,22	3.153.485,22
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas ou entidades		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais		-
572	Reservas estatutárias		-
573	Reservas contratuais		-
574	Reservas livres		-
575	Subsídios		-
576	Doações	19.816.426,83	19.706.083,17
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	-0,41	-0,41
59	Resultados transitados	4.859.915,94	3.718.192,43
88	Resultado líquido do exercício	-287.678,33	1.233.095,89
	Total dos fundos próprios	27.542.149,25	27.810.856,30
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos:	246.604,59	252.421,94
		246.604,59	252.421,94
	Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo		
		-	-
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada	-	-
23112+23212	Empréstimos por dívida não titulada	-	-
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
221	Fornecedores, c/c	137.138,70	25.317,21
228	Fornecedores — Faturas em receção e conferência	-	-
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	-	-
252	Credores pela execução do orçamento	-	-
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	208,06	164,79
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	386.210,35	-
24	Estado e outros entes públicos	869.969,32	206.728,93
26	Outros credores	240.351,14	137.610,58
		1.633.877,57	369.821,51
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	5.087.385,36	4.827.643,94
274	Proveitos diferidos	63.924.078,41	61.239.929,01
		69.011.463,77	66.067.572,95
	Total do passivo	70.891.945,93	66.689.816,40
	Total dos fundos próprios e do passivo	98.434.095,18	94.500.672,70

AB=ativo bruto.

AP=amortizações e provisões acumuladas.

AL=ativo líquido.

7.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO | 2014

Demonstração de Resultados Consolidada

Unidade: Euros

Código das contas POC Educação		Exercícios			
		2014		2013	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	336.366,14		368.128,27	
	Matérias	578.568,38	914.934,52	639.486,63	1.007.614,90
62	Fornecimentos e serviços externos	5.448.106,92		5.531.487,41	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	27.728.464,77		29.732.325,07	
643 a 648	Encargos sociais:	6.862.320,61		6.888.869,13	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.287.572,62	41.326.464,92	1.229.765,38	43.382.446,99
66	Amortizações do exercício	2.554.772,46		2.733.836,83	
67	Provisões do exercício	362.189,82	2.916.962,28	448.921,77	3.182.758,60
65	Outros custos e perdas operacionais		10.399,98		26.787,94
	(A)		45.168.761,70		47.599.608,43
68	Custos e perdas financeiros	56.139,38	56.139,38	62.547,91	62.547,91
	(C)		45.224.901,08		47.662.156,34
69	Custos e perdas extraordinários		72.661,47		59.891,50
	(E)		45.297.562,55		47.722.047,84
88	Resultado líquido do exercício		-287.678,33		1.233.095,89
			45.009.884,22		48.955.143,73
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	785.264,14		837.992,76	
712	Prestações de serviços	2.524.266,51	3.309.530,65	2.625.759,71	3.463.752,47
72	Impostos e taxas	10.505.190,88		10.807.518,00	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	78.503,73		57.090,04	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	28.803.847,17		32.334.966,65	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		39.387.541,78		43.199.574,69
	(B)		42.697.072,43		46.663.327,16
78	Proveitos e ganhos financeiros		127,41		14,10
	(D)		42.697.199,84		46.663.341,26
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.312.684,38		2.291.802,47
	(F)		45.009.884,22		48.955.143,73
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B)-(A) =		-2.471.689,27		-936.281,27
	Resultados financeiros (D-B)-(C-A) =		-56.011,97		-62.533,81
	Resultados correntes (D)-(C) =		-2.527.701,24		-998.815,08
	Resultado líquido do exercício (F)-(E) =		-287.678,33		1.233.095,89

7.3. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS | 2014

As demonstrações financeiras consolidadas do Instituto Politécnico de Leiria (grupo IPLeiria) foram preparadas em conformidade com o Capítulo 12 da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, que define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal para o setor da Educação.

As notas que se seguem respeitam a numeração seguida pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública para o setor da Educação (POC-Educação) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas.

Em relação às notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo, ou não são aplicáveis ao grupo IPLeiria ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

- Instituto Politécnico de Leiria
 - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria;
 - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria;
 - Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha;
 - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche;
 - Escola Superior de Saúde de Leiria;
 - Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto;
- Serviços de Ação Social.

Todos os valores do anexo encontram-se expressos em euros.

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

1. ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A inclusão na consolidação das entidades anteriormente referidas foi efetuada no respeito pelo estabelecido na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º da Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro.

As entidades incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da **simples agregação** foram:

Entidade - Mãe:

Instituto Politécnico de Leiria

O Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) tem a sua sede na cidade de Leiria, na Rua General Norton de Matos, e está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 12.1.05.63 (Funcionamento) e 12.8.05.63 (PIDDAC) e número de contribuinte 506 971 244.

O IPEleiria é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES). O IPEleiria em termos organizacionais é composto por unidades orgânicas de ensino e investigação, unidades orgânicas de investigação, unidades orgânicas de formação, unidades orgânicas de apoio à atividade pedagógica e de promoção à transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico e unidades funcionais.

No âmbito da liberdade de organização institucional e autonomia de gestão consagrado no RJIES, o IPEleiria possui os seguintes órgãos de governo: Conselho Geral, Presidente e Conselho de Gestão; Estatutariamente, foram criados o Conselho Académico e o Conselho para a Avaliação e Qualidade. O IPEleiria possui ainda um Provedor do estudante.

O IPEleiria é uma instituição pública de ensino superior comprometida com a formação integral dos cidadãos, a aprendizagem ao longo da vida, a investigação, a difusão e transferência do conhecimento e cultura, a qualidade e a inovação, que promove ativamente o desenvolvimento regional e nacional e a internacionalização e valoriza a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico e empreendedor.

Outras Entidades:

Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social (SAS) do Instituto Politécnico de Leiria têm a sua sede em Leiria, no Edifício sede do IPL, e estão sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 12.1.05.64 e número de contribuinte 600 041 581, sendo a presidência do Conselho de Ação Social e do Conselho de Gestão exercida pelo Presidente do IPEleiria.

Nos termos do seu regulamento orgânico, os SAS são dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, constituindo uma unidade orgânica específica do IPEleiria.

2. ENTIDADES EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

O grupo IPEleiria tem participações noutras entidades, as quais por não serem materialmente relevantes para a imagem verdadeira e apropriada do grupo ou por desenvolverem atividades de natureza distinta, foram excluídas ao abrigo do ponto 12.4.4 – Exclusões de consolidação do POC-Educação. Estas participações são relevadas na conta de “Investimentos Financeiros – Obrigações e Títulos de Participação” (vide nota 13 deste anexo).

As entidades em que o IPEleiria participa no capital são as seguintes:

- Fundação da Escola Profissional de Leiria, Rua da Cooperativa, São Romão, 2414-019 Leiria;
- Incubadora D. Dinis – Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Novas Tecnologias, Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria;

- OPEN-Associação para Oportunidade Específicas de Negócio, Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande;
- POOL.NET *Portuguese Tooling Network* - Avenida D. Dinis, n.º17, 2430-263 Marinha Grande;
- OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia - Casa do Largo da Porta da Vila, 1.º, 2510-089 Óbidos;
- INOVREGIO - Associação de Inovação Regional - Torreão do Mercado Municipal, Rua 26 de Novembro, 2070 – Cartaxo;
- CCD-Centro de Competências D. Dinis - Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria;
- INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra - Rua Antero de Quental 199, 3000 Coimbra;
- CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos - Rua de Espanha Lote 8, Zona Industrial, 2431-904 Marinha Grande.

3. PESSOAL AO SERVIÇO

Quadro 22 | Pessoal a 31 de dezembro

Categoria profissional	IPL+SAS	IPL-SC (*)	ESECS	ESTG	ESAD	ESTM	ESSLei	Outras Unidades	SAS
Professor Coordenador Principal	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Professor Coordenador	54	-	12	31	3	5	3	-	-
Professor Adjunto	285	-	31	165	26	45	18	-	-
Assistente 2º Triénio	16	-	-	7	1	2	6	-	-
Assistente 1º Triénio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equiparado Professor Adjunto	24	-	1	12	6	2	3	-	-
Equiparado Assistente 2º Triénio	140	-	27	52	36	25	-	-	-
Equiparado Assistente 1º Triénio	4	-	-	1	-	3	-	-	-
Investigador Auxiliar Convocado	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Investigação	3	-	-	-	-	-	-	3	-
Professor Adjunto Convocado	55	-	14	8	10	-	23	-	-
Prof. Ensino Básico e Secundário	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Monitor	3	-	-	-	3	-	-	-	-
Assistente Convocado	282	-	88	51	58	33	52	-	-
Dirigente	13	7	1	1	1	1	1	-	1
Técnico Superior	141	78	10	22	16	8	2	-	5
Informática	20	19	-	-	-	-	-	-	1
Assistente Técnico	109	70	5	12	4	6	4	-	8
Assistente Operacional	147	5	3	7	9	2	2	-	119
Carreiras e Categorias subsistentes	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Total	1.301	179	195	370	173	132	114	4	134

Fonte: Divisão de Recursos Humanos do IPLeiria e SAS

(*) Incorpora os funcionários do INDEA, FOR.CET, UED, CTC, Serviços Académicos, Serviços de Recursos Humanos, Serviços Financeiros, Serviços de Documentação, Serviços Informáticos, Serviços Técnicos.

Em 31 de dezembro de 2014, o número de colaboradores ao serviço do grupo IPLeiria era de 1.301 (1.305 no ano de 2013).

II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das entidades indicadas no ponto 1 deste anexo. No processo de consolidação mostrou-se necessário proceder a pequenos

ajustamento nas contas individuais do Ipleiria e SAS, valores que alteram as contas de terceiros e resultados, procedeu-se, de igual forma, à anulação dos movimentos apurados como comuns.

III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

11. HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO A CONSOLIDAR

Ambas as entidades pertencentes ao grupo Ipleiria, a “entidade-mãe” e os SAS utilizam o POC-Educação, não havendo necessidade de recorrer a qualquer reclassificação para a homogeneização dos dados a consolidar.

13. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas ao custo de aquisição e relevadas na conta 41 – Investimentos financeiros – obrigações e títulos de participação. As eventuais perdas de valor entendidas como duradouras encontram-se provisionadas na mesma conta.

Quadro 23 | Entidades participadas

Denominação social	Sede	Capital Realizado	Custo Aquisição	Resultados	Exercício
Fundação da Escola Profissional de Leiria	Rua da Cooperativa, São Romão, 2414-019 Leiria	110.500	50.000	16.975	2013
Incubadora D.Dinis - Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Novas Tecnologias	Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria	232.500	57.500	40.522	2014
OPEN-Associação para Oportunidade Específicas de Negócio	Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande	508.000	60.000	13.499	2014
POOL.NET Portuguese Tooling Network	Avenida D.Dinis, n.º17, 2430-263 Marinha Grande	38.500	500	2.659	2014
OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia	Casa do Largo da Porta da Vila, 1.º, 2510-089 Óbidos	342.700	2.500	-1.317	2013
INOVREGIO - Associação de Inovação Regional	Torreão do Mercado Municipal, Rua 26 de Novembro, 2070 - Cartaxo	35.380	4.000	-60	2013
CCD-Centro de Competências D.Dinis	Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria	60.000	5.000	-1.139	2014
INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra	Rua Antero de Quental 199, 3000 Coimbra	491.269	50.000	14.661	2013
CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos	Rua de Espanha Lote 8, Zona Industrial, 2431-904 Marinha Grande	748.200	1.496	7.472	2014
Total			230.996		

Fonte: Relatório e contas das entidades participadas

Nota: Quadro elaborado com os últimos dados disponíveis

V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

18. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das entidades incluídas no perímetro da consolidação (vide nota 1 deste anexo), mantidos de acordo com princípios contabilísticos definidos no POC – Educação, tendo-se utilizado os seguintes procedimentos prévios de consolidação:

- Identificação do perímetro de consolidação;
- Identificação dos métodos de consolidação a aplicar;
- Agregação de dados;
- Eliminação de saldos;
- Eliminação de operações internas, tendo sido eliminadas as transações ocorridas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

A - IMOBILIZADO INCORPÓREO

Os valores registados na rubrica de Imobilizado Incorpóreo – “despesas de investigação e desenvolvimento” respeitam ao projeto *Fórmula Student*, desenvolvido por estudantes da ESTG.

Os valores registados na rubrica de Imobilizado Incorpóreo – “propriedade industrial e outros direitos” referem-se ao registo de patentes e marcas, no âmbito das atividades de investigação desenvolvidas pelas Unidades de Investigação do IPEiria, e aos direitos de superfície sobre alguns terrenos antes registados em imobilizações corpóreas.

A valorização destes ativos obedece ao previsto no POC-Educação, de acordo com o qual quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, o valor resulta da avaliação ou do valor patrimonial definido nos termos legais, ou caso não exista disposição legal aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza destes bens.

B - IMOBILIZADO CORPÓREO

TERRENOS E RECURSOS NATURAIS, EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES

Os terrenos e edifícios adquiridos até 30 de novembro de 2001 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma avaliação, efetuada por uma equipa de avaliadores independentes.

Quanto aos terrenos e edifícios adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual no caso dos edifícios, para além dos custos de construção, inclui também os custos incorridos com a fiscalização e com a elaboração dos projetos de arquitetura.

EQUIPAMENTO BÁSICO, EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Parte dos bens adquiridos até 30 de novembro de 2001 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma avaliação, efetuada por uma equipa de avaliadores independentes, encontrando-se os restantes registados ao custo de aquisição.

Os bens adquiridos após aquela data encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição deduzidos das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização, sendo contabilizadas a débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

A amortização dos bens objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores externos.

De referir que os custos de manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registados como custo do exercício; por sua vez as grandes reparações são incluídas no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que esta origine benefícios económicos futuros adicionais.

O imobilizado em curso corresponde aos ativos que estão em fase de construção ou montagem e encontram-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos só serão amortizados a partir do momento em que passam para estado de uso.

C - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

PARTES DE CAPITAL E OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

Os investimentos financeiros registados em obrigações e títulos de participação encontram-se incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo custo de aquisição. Correspondem às participações do grupo IPLeiria no capital das entidades identificadas no Quadro 23. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

D - PROVISÕES PARA COBRANÇA DUVIDOSA E PARA RISCOS E ENCARGOS

As provisões existentes no balanço consolidado foram constituídas para cobranças duvidosas de acordo com o critério económico e legal, tendo por base os riscos de cobrabilidade identificados no final do exercício. São constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação de risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

A constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7.4 do POC-Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para os quais existam diligências para o seu recebimento. A taxa de provisão considerada nestes casos é de 100%.

As provisões para riscos e encargos são constituídas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados, sobre aos quais existe a probabilidade da necessidade de recursos para a resolução e existe a possibilidade de estimar o respetivo montante.

E - ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

As entidades incluídas no processo de consolidação registam os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas contas de acréscimos e diferimentos (vide nota 45 deste anexo).

São contabilizados como custo do exercício (acrécimo de custos):

- os custos relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar em 2015, mediante estimativa efetuada com base nos efetivos a 31 de janeiro de 2015, apurados considerando as alterações previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro;
- os custos de encargos das instalações (eletricidade, água, combustíveis), bem como outros custos de funcionamento (honorários, trabalhos especializados), referentes a consumos de 2014 mas cuja liquidação ocorrerá em 2015.

São contabilizados como custos dos exercícios seguintes (custos diferidos):

- os custos relativos a seguros, conservação e reparação, licenciamento de *software*, entre outros, cujo período de vigência se estende a 2015, são liquidados em 2014 e reconhecidos em 2015.

São contabilizados como proveito de exercícios seguintes (proveitos diferidos):

- os subsídios associados aos investimentos que serão movimentados numa base anual para a conta 7983 de proveitos e ganhos extraordinários – transferência de capital, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam;

- a quota-parte, correspondente a 9/12 das propinas do 1.º e 2.º ciclo cobradas ou devidas até 31 de dezembro, situação que advém do ano letivo não coincidir com o período da gerência;
- os serviços faturados em 2014, mas cuja conclusão ou realização ocorrerá apenas no exercício seguinte.

Como acréscimos de proveitos foram contabilizados:

- as transferências a receber do OE em 2015 associados ao acréscimo de remunerações a liquidar, na parte correspondente à estimativa de férias e subsídio de férias;
- os serviços prestados em 2014, relativos a estudos pareceres e projetos, análises laboratoriais e cedência de instalações, cuja receita irá ocorrer no exercício seguinte;
- os proveitos referentes a subsídios, relativos a projetos comunitários, que ainda não foram recebidos mas cujas despesas associadas ocorreram no exercício findo; não foi possível determinar este acréscimo para a totalidade dos projetos que se encontram nestas condições.

F - EXISTÊNCIAS

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra e os gastos suportados até à sua entrada em armazém.

G – ENQUADRAMENTO FISCAL

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o grupo goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

19. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação.

VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

20. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O valor contabilizado em despesas de investigação e desenvolvimento está relacionado com as despesas associadas à execução do projeto de investigação.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

O valor relativo à propriedade industrial e outros direitos compreende, essencialmente, o registo de patentes e marcas, no âmbito das atividades de investigação desenvolvidas pelas Unidades de Investigação do IPEL, e os direitos de superfície sobre alguns terrenos antes registados em imobilizações corpóreas.

22. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO CONSOLIDADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2014, no ativo imobilizado e respectivas amortizações e provisões, são os que constam do Quadro 24 e Quadro 25:

A - ATIVO BRUTO

Quadro 24 | Ativo bruto

Designação	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de invest. e de desenvolvimento	45.387	0	0	0	45.387
Propriedade industrial e outros direitos	2.998.702	5.776	0	43.072	2.961.407
Sub-total	3.044.089	5.776	0	43.072	3.006.793
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	11.794.214	405.180	0	319.600	11.879.794
Edifícios e outras construções	79.369.873	73.237	0	0	79.443.111
Equipamento e material básico	22.461.812	587.598	11.655	150.630	22.887.125
Equipamento de transporte	807.657	0	0	21.411	786.246
Ferramentas e utensílios	391.190	1.068	0	114	392.144
Equipamento administrativo	8.675.261	322.574	8.052	116.105	8.873.678
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	2.930.542	4.621	2.207	1.177	2.931.779
Imobilizações em curso	1.134.964	3.745.132	0	228.703	4.651.393
Sub-total	127.565.515	5.139.411	21.914	837.740	131.845.271
Investimentos financeiros					
Obrigações e títulos de participação	230.996	0	0	0	230.996
Sub-total	230.996	0	0	0	230.996
Total	130.840.600	5.145.187	21.914	880.812	135.083.061

Fonte: Balanço consolidado.

Todos os abates de bens encontram-se autorizados pelo Conselho de Gestão, de acordo com a Lei e com as regras estabelecidas no manual de controlo interno.

B - AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Quadro 25 | Amortizações

Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de invest. e de desenvolvimento	45.387	0	0	45.387
Sub-total	45.387	0	0	45.387
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	12.398.714	1.261.555	0	13.660.269
Equipamento e material básico	18.287.421	835.814	157.982	18.965.252
Equipamento de transporte	756.505	24.156	21.411	759.250
Ferramentas e utensílios	377.798	5.555	114	383.238
Equipamento administrativo	7.753.193	400.352	124.155	8.029.390
Taras e vasilhame	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	2.865.846	27.342	3.384	2.889.803
Sub-total	42.439.476	2.554.772	307.046	44.687.203
Total	42.484.863	2.554.772	307.046	44.732.589

Fonte: Balanço consolidado.

31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

A repartição do valor líquido consolidado das vendas de bens e prestações de serviços está representada no quadro seguinte:

Quadro 26 | Vendas e prestações de serviços

Conta	Vendas e Prestações de Serviços	2014	2013	Δ 2014/2013
71111	Fotocópias, impressos e publicações	377	982	-61,60%
71115	Livros e documentação técnica	2.109	3.594	-41,31%
71117	Produtos alimentares e bebidas	772.528	816.759	-5,42%
71121	Refeições	9.907	16.306	-39,24%
71118	Merchandising	343	393	-12,72%
	Total Venda de bens	785.264	838.033	-6,30%
7121	Serviços de alimentação	836.239	928.379	-9,92%
71122	Serviços de alojamento	603.676	592.599	1,87%
71251	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	579.687	748.591	-22,56%
71254	Serviços de laboratórios	3.949	4.448	-11,23%
712591	Colaboração docente/não docente	35.213	26.406	33,35%
712592	Patrocínios e apoios	84.587	101.578	-16,73%
712593	Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	27.980	15.529	80,18%
71291	Ações de formação	71.736	20.645	247,47%
71292	Conferências, seminários e congressos	196.841	91.999	113,96%
71255	Atividades de saúde	13.478	12.844	4,94%
71258	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	2.198	15	-
71299	Outros serviços	68.683	82.687	-16,94%
	Total Prestações de serviços	2.524.267	2.625.720	-3,86%
Totais		3.309.531	3.463.752	-4,45%

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

A generalidade das vendas e prestações de serviços acima referida foi realizada no mercado nacional.

34. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

O valor das remunerações líquidas anuais auferidas pelos membros dos Órgãos de Gestão no desempenho das suas funções na “entidade-mãe” foram as seguintes:

Quadro 27 | Remunerações dos órgãos de gestão

Conselho de Gestão	Remunerações na entidade-mãe 2014	Remunerações na entidade-mãe 2013
Presidente e Vice-Presidentes	113.831	143.211
Administradora	26.277	28.267

Fonte: Direção de Recursos Humanos.

38. VALORES COMPARATIVOS

Os valores constantes das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2013. No entanto e com o intuito de melhorar a qualidade do reporte financeiro, o IPléria consubstanciou, no exercício de 2014, algumas melhorias recomendadas pela auditoria externa em exercícios anteriores. Estas melhorias determinaram registos contabilísticos que devem ser considerados na comparabilidade das demonstrações.

Os acréscimos ativos registam uma variação face ao valor do ano anterior, nomeadamente devido aos acréscimos de proveitos na sua componente de subsídios ao investimento e subsídios correntes. Foram contabilizados os proveitos e os subsídios referentes aos pedidos de reembolso de projetos comunitários submetidos em 2015, cujas despesas associadas ocorrerem no exercício findo ou mesmo em anteriores. Com este movimento procurou-se aproximar o registo do proveito ou do subsídio ao momento em que ocorrem os custos.

Em situação inversa, e seguindo o mesmo princípio, foram contabilizados em diferimentos (proveitos diferidos), os adiantamentos recebidos em 2014 que não tiveram a correspondente componente de custo no exercício.

39. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros apurados no exercício de 2014 apresentam a seguinte composição:

Quadro 28 | Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Custos e Perdas	2014	2013	Proveitos e Ganhos	2014	2013
Juros suportados	23	10	Juros obtidos	19	13
Perdas entidades ou subentidades	0	0	Ganhos entidades ou subentidades	0	0
Amortizações de investim. em imóveis	0	0	Rendimentos de imóveis	0	0
Provisões para aplicações financeiras	0	0	Rendimentos de participação de capital	0	0
Diferenças de cambio desfavoráveis	0	0	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
Descontos pp concedidos	0	0	Descontos pp obtidos	92	1
tesouraria	0	0	tesouraria	0	0
Outros custos e perdas financeiras	56.116	62.538	Outros proveitos e ganhos financeiros	16	0
Total custos e perdas financeiros	56.139	62.548	Total proveitos e ganhos financeiros	127	14
Resultados Financeiros	-56.012	-62.534			

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os custos financeiros registados referem-se quase exclusivamente a serviços bancários intrínsecos ao processo de cobrança de propinas e taxas.

40. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários apurados no exercício de 2014 apresentam a seguinte composição:

Quadro 29 | Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Custos e Perdas	2014	2013	Proveitos e Ganhos	2014	2013
Transf. de capital concedidas	0	0	Restituições de impostos	0	0
Dívidas incobráveis	0	0	Recuperações de dívidas	0	0
Perdas em existências	0	0	Ganhos em existências	0	0
Perdas em imobilizações	4.304	7.723	Ganhos em imobilizações	2.471	358
Multas e penalidades	75	15	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
Aumentos de amortizações e provisões	6.646	0	Reduções de amortizações e provisões	290.627	284.109
Correções relativas a exercícios anteriores	61.636	52.063	Correções relativas a exercícios anteriores	206.111	86.970
Outros custos e perdas extraordinários	0	91	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.813.475	1.920.365
Total custos e perdas extraordinários	72.661	59.892	Total proveitos e ganhos extraordinários	2.312.684	2.291.802
Resultados Extraordinários	2.240.023	2.231.911			

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

O montante de 1.813.475€ evidenciado na conta dos outros proveitos e ganhos extraordinários corresponde, essencialmente, ao reconhecimento dos proveitos relacionados com subsídios ao investimento, na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados, de acordo com a regra contabilística referida na Nota 18 destes anexos.

41. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES

Os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões analisam-se como segue:

Quadro 30 | Provisões

Conta	Provisões Acumuladas	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.681.147	293.944	209.918	1.765.174
292	Provisões para riscos e encargos	252.422	74.892	80.709	246.605
39	Provisão para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	2.000	0	0	2.000
Total		1.935.569	368.854	290.627	2.013.796

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

As provisões relativas a clientes e alunos constituídas no exercício na conta 291 “provisões para cobranças duvidosas” correspondem ao reforço das provisões necessárias para fazer face à eventual incobrabilidade das dívidas, com mora superior a 12 meses.

Em 2014, verificou-se uma recuperação de 53.887€ nas dívidas de clientes, e de 156.031€ nas dívidas de estudantes, que somam os 209.918€ evidenciados no quadro anterior como redução de provisões, e reforçou-se, para fazer face a novas incobranças, em 293.944€ (124.080€ de clientes e 169.864€ de estudantes).

Continuam a existir processos judiciais em curso, resultantes de acontecimentos passados, que avaliado e quantificado o risco associado, culminaram no reforço de provisões para riscos e encargos no montante de 74.892€, e passam a totalizar 246.605€. No ano foi ainda registada uma redução no montante de 80.709€, parte da qual, corresponde a anulação da provisão constituída para pagamento de indemnizações compensatórias em caso de caducidade de contratos de pessoal docente, considerando, para o efeito, a prescrição de créditos laborais.

Existem outros processos que não se encontram refletidos nas contas, considerando que a potencial quantia em risco não pode ser calculada com fiabilidade e que o risco que se encontra associado é diminuto.

VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

45. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Nesta nota inclui-se a informação adicional que se entende necessária para a melhor compreensão das demonstrações financeiras, de forma que as mesmas possam refletir adequadamente a posição económica e financeira do grupo IPEiria e o resultado das suas operações.

A - ALUNOS E CLIENTES CONTA CORRENTE

Relativamente às dívidas de estudantes foram reconhecidas as dívidas vencidas até 31 de dezembro, relativamente à formação de 1.º e 2.º ciclo e de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As provisões desta natureza foram mensuradas pelo valor atual da dívida vencida e em mora até 31 de dezembro de 2013.

No que se refere aos clientes foram reconhecidos como de cobrança duvidosa as dívidas com mora superior a um ano. Nos termos legais, não foram provisionadas as dívidas relativas ao Estado em sentido lato.

B - OUTROS DEVEDORES

A rubrica de outros devedores inclui um montante de 1.161.888€ e traduz, pelo montante de 1.133.099€ a contrapartida em terceiros do reconhecimento de proveitos à exploração ou de diferimentos referentes à comparticipação financeira de projetos cofinanciados.

C - ACRÉSCIMO DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS

Face aos valores registados nas contas patrimoniais de acréscimos e diferimentos – acréscimos de proveitos e custos diferidos, explicita-se, a sua natureza e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quadro 31 | Acréscimos de proveitos e custos diferidos

Rubricas	Unidade: Euros	
	2014	2013
Acréscimos de proveitos		
Transferências a receber	3.545.575	3.407.801
Outros acréscimos de proveitos	1.335.795	73.851
Total	4.881.370	3.481.652
Custos diferidos		
Rendas e alugueres	895	671
Comunicações	2.884	2.142
Seguros	21.739	21.941
Conservação e reparação	13.949	31.547
Publicidade	0	6.267
Licenciamento de Software	88.607	56.650
Outros custos diferidos	14.478	16.500
Total	142.552	135.717

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os acréscimos de proveitos referem-se fundamentalmente à estimativa de proveito do OE a receber em 2015, para fazer face ao pagamento das férias, subsídio de férias e respetivos encargos legais; aos proveitos

referentes a subsídios, relativos a projetos cofinanciados, que ainda não foram recebidos, mas já têm custos associados e a serviços já prestados, mas cujos valores não foram faturados até 31 de dezembro de 2014.

Os custos diferidos representam os custos registados em 2014 relativamente a serviços cujo período de vigência se estende a 2015.

D - ACRÉSCIMO DE CUSTOS E PROVEITOS DIFERIDOS

Face aos valores registados nas contas patrimoniais de acréscimos e diferimentos – acréscimos de custos e proveitos diferidos, explicita-se, a sua natureza e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quadro 32 | Acréscimos de custos e proveitos diferidos

Rubricas	Unidade: Euros	
	2014	2013
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	4.993.834	4.703.172
Outros acréscimos de custos	93.552	124.472
Total	5.087.385	4.827.644
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento do Orçamento Estado	33.268.679	33.728.794
Subsídios ao investimento da União Europeia	28.226.577	25.308.622
Subsídios ao investimento de outros subsectores	93.125	103.533
Propinas	1.985.841	1.871.253
Outros proveitos diferidos	349.857	227.727
Total	63.924.078	61.239.929

Fonte: Demonstração de resultados consolidada.

Os acréscimos de custos referem-se fundamentalmente a remunerações a liquidar correspondentes à estimativa de férias e subsídio de férias a pagar 2015, acrescida dos respetivos encargos.

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui custos relativos a consumos de água, energia, comunicações, formação, entre outros, respeitantes ao último mês do exercício e em que a liquidação ocorrerá em 2015.

Nos proveitos diferidos registam-se os subsídios recebidos para financiamento de aquisição de imobilizado e para projetos de investigação, cujos correspondentes custos (amortizações) ainda não foram registados em resultados. Esta situação irá ocorrer quando se processarem as respetivas amortizações, e simultaneamente, se transferirem para proveitos do exercício aqueles subsídios em função, e na mesma proporção das amortizações.

E - SALDOS DE GERÊNCIA

O saldo de gerência de 2014, resultante da execução entre receitas e despesas no ano situou-se em 41.773€ no IPLeiria e em 31.273€ nos SAS. Se aos saldos de gerência forem adicionados os fluxos financeiros referentes a operações de tesouraria, obtêm-se as disponibilidades financeiras constantes no balanço consolidado, que totalizam 497.923€.

Aprovado em 16 de abril de 2015, em reunião do Conselho de Gestão.

SIGLAS E ABREVIATURAS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores do Estado (subsistema de saúde)
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos Portugueses
CDRsp	Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto.
CEFAMOL	Associação Nacional da Indústria de Moldes
CENTIMFE	Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CETEMARES	Centro de I&D, Formação e Divulgação do Conhecimento Marítimo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas
CNAES	Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior
CTC	Centro de Transferência e Valorização do Conhecimento
CTeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção Geral do Orçamento
EBITDA	Earnings Before Interests, Taxes, Depreciations and Amortization
ECPDESP	Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
EILC	Erasmus Intensive Language Courses
ESAD.CR	Escola Superior de Artes e Design
ESECS	Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
ESSLei	Escola Superior de Saúde
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
ESTM	Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
ETI	Equivalente a tempo integral
FASE	Fundo de Apoio Social ao Estudante
FOR.ATIVOS	Centro de Formação de Ativos
FOR.CET	Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica
FSE	Fornecimentos e serviços externos
GACI	Gabinete de Auditoria e Controlo Interno
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDD	Incubadora D. Dinis
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INDEA	Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOVREGIO	Associação de Inovação Regional
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOE	Lei do Orçamento de Estado
MEC	Ministério da Educação e Ciência
NERLEI	Associação Empresarial da Região de Leiria
OBITEC	Associação Óbidos Ciência e Tecnologia
OE	Orçamento do Estado
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC	Plano Oficial de Contabilidade
RAIDES	Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
SAPE	Serviço de Apoio ao Estudante
SAS	Serviços de Ação Social
SS	Segurança Social
UED	Unidade de Ensino a Distância

